



# Anais da Assembléia

Nº 162

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado DULIO GENARI
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dulio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Osmário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Márc Vargás J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

• SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 112.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1993  
(QUARTA-FEIRA)

Curitiba, quarta, em 17.11.93

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 080/93

Curitiba, 11 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender a execução do Plano de Aplicação do Fundo Penitenciário para o 4º trimestre do corrente ano.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procedê à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procedê à leitura do seguinte

SUPLEMENTAÇÃO

A N E X O I

FL. 01

CRS 1,00 (REAL)

ANEXO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA	ZAI	ILI	IFTIDI	IRI	VALOR	IN. DO IPROC ICOP
3700	ISECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA	EI	I	I	I			I
	IDA CIDADANIA	I	I	I	I			I
3704	IDEPARTAMENTO PENITENCIARIO DO	I	I	I	I			I
	IESTADO	I	I	I	I			I
1096	IFUNDO PENITENCIARIO	I	4130.00	I23	I		20.000.000	I1354
A Diretoria Legislativa.		T O T A L		I			20.000.000	I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I	FL. 01	I
I ANEXO			CRS 1,00 (REAL)	I
I	I	INATUREZA I	IL I	IN DO I
ICODIGO I	ESPECIFICACAO	I DA IFTIDI	VALOR	IPROCI
I	I	IDESPESA I	IRI	ICOP I
I 3700	ISECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA	EI	I I I	I I
I	IDA CIDADANIA	I	I I I	I I
I	I	I	I I I	I I
I 3704	IDEPARTAMENTO PENITENCIARIO DO	I	I I I	I I
I	IESTADO	I	I I I	I I
I 2597	IAHPLIACAO E MELHORIAS NA	I	I I I	I I
I	IINFRA-ESTRUTURA PENITENCIARIA	I 4110.00I07	ILI 20.000.000	I1354I
		T O T A L	I 20.000.000	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO III	FL 01
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO		
	CENTRALIZADO		
1919 04.00	Multas por Infracao a Lei de Execucoes		
	Penais - Fundo Penitenciario do Parana	23	20.000 000
TOTAL			20.000 000

REDUÇAO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01
ANEXO			CR\$ 1,00 (REAL)
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
2462 01.00	Convenios com Orgaos Federais	07	20 000 000
TOTAL			20 000 000

À Diretoria Legislativa.

Curitiba, 12 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei dispondo que as multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito em rodovias sob jurisdição estadual deverão ser recolhidas diretamente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/Pr. Dispõe, ainda, que os valores de tais multas serão atualizados no primeiro dia de cada mês, de acordo com a Unidade Fiscal de Referência - UFIR ou por outro índice que a venha substituir.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Casa consubstancia o resultado de análise procedida através do protocolo sob nº 1.378.687-9/92-SPI, no qual consta o Parecer nº 178/93, de 23 de setembro de 1993, emitido pela Procuradoria-Geral do Estado, cujo inteiro teor, com vistas a oferecer maior detalhamento quanto aos aspectos da constitucionalidade, conveniência e oportunidade da medida, é anexado por cópia autêntica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - As multas aplicadas em razão de infrações à legislação de trânsito em rodovias sob jurisdição estadual deverão ser recolhidas diretamente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/Pr.

Art. 2º - Os valores das multas a que se refere o artigo anterior serão atualizados no primeiro dia de cada mês, de acordo com a Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou por outro índice que a venha substituir.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

#### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

S.P.I. - 1.378.687-9

Interessado: Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

Assunto: Adoção da UFIR mensal para a cobrança de multas de trânsito nas rodovias fiscalizadas pelo Batalhão de Polícia Rodoviária.

Ementa - Adoção da UFIR mensal na aplicação de multas por infração à legislação de trânsito, em rodovias sob jurisdição estadual. Fundamento nas Leis nºs 8.383/91 e 5.108/66. Competência legislativa estadual, por força do art. 53, III, da Constituição Estadual. Impossibilidade da instituição da atualização monetária da multa através de Portaria do órgão público.

#### HISTÓRICO

O Senhor Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná - DER, solicita a apreciação de minuta de Portaria, onde adota a UFIR mensal para a cobrança de multas de trânsito em estradas estaduais e federais sob fiscalização da Polícia Rodoviária Estadual.

As fls. 07/08, o Departamento de Assistência Jurídica do DER exarou parecer favorável à adoção do indexador pretendido, contudo recomendou que a mesma se dê através da edição de lei estadual, nos termos do disposto no art. 53, inciso III, da Constituição Estadual.

Tal parecer foi ratificado integralmente pela assessoria jurídica da Secretaria de Estado dos Transportes como se vê às fls. 10.

As fls. 13, a assessoria jurídica da Secretaria de Estado da Fazenda, não se opôs a criação de lei para a adoção da UFIR mensal na cobrança das multas de trânsito nas rodovias, entretanto, ressaltou que a fundamentação à adoção do indexador pretendido não poderia ser a Lei Estadual nº 9884/91, que altera dispositivos da Lei nº 8.933/89.

O expediente retornou ao setor jurídico do DER onde recebeu parecer no sentido de adotar a UFIR mensal através de lei estadual, anexando, inclusive, minuta de projeto de lei.

#### FUNDAMENTAÇÃO

O setor jurídico do DER, às fls. 18/20 aborda bem a questão tratada no presente protocolado.

Realmente, a correção monetária do valor das multas de trânsito rodoviário pode ser feita, adotando-se a Unidade Fiscal de Referência mensal - UFIR mensal.

O fundamento legal está contido nas Leis nºs 8383/91 e 5.108/66, cujos artigos 1º, caput e 3º combinados com o 126 desta última, já foram transcritos às fls. 07. E ainda, há o respaldo do disposto no art. 34, III, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, já consignado às fls. 20.

Por força do disposto no art. 53, III, da Constituição Estadual, necessário se faz a publicação de lei estadual para jus-

tificar a cobrança das multas com valores indexados pela UFIR mensal. Diz o artigo:

"Art. 53 - Cabe À Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

I - ....

II - ...

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;

#### CONCLUSÃO

EX Positis, adotando integralmente os pareceres exarados às fls., especialmente o de fls. 18/20, que se fez acompanhar, inclusive, da minuta de projeto de lei estadual, opino pela remessa do presente expediente à Casa Civil, para a tomada das providências cabíveis ao encaminhamento à Assembléia Legislativa, pelo Senhor Governador do Estado, do mencionado projeto de lei.

É o parecer.

Salvo Melhor Juízo.

Curitiba, 23 de setembro de 1993.

(a) MARCELENE CARVALHO DA SILVA RAMOS

Procuradora do Estado

I - De acordo;

II - Ao Gabinete/PGE

PRF, 24/09/93

(a) LUIZ CARLOS CALDAS

Prf. Proc. Chefe

I - Aprovo o Parecer nº 178/93-PGE;

II - Encaminhe-se à Casa Civil.

Curitiba, 27 de setembro de 1993.

(a) CARLOS FREDERICO MARÉS DE SOUZA FILHO

Procurador Geral do Estado

MENSAGEM Nº 082/93

Curitiba, 12 de novembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada

consideração dessa Egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Hospital de Clínicas do Norte do Paraná, na Universidade Estadual de Londrina.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da Universidade Estadual de Londrina.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado,

em exercício

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
I	I	INATUREZA	IL	IN	DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IFROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICUF I
I 2100	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I I
I	IADMINISTRACAO	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 2102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I I
I	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
2011	IAQUISICAO CENTRALIZADA DE	I	I I I		I I
I	IMATERIAIS - DEAM	I 4311.01	I20TLI	35.000.000	I082B1
A Diretoria Legislativa.		T O T A L I		35.000.000 I	

CANCELAAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN DO
CODIGO I		DA IFTIDI			IPROC
I		IDESPESA I	IRI		ICOP
1100	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I
	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I I		I
	ICIENCIA E TECNOLOGIA	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
1102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
2572	IPROGRAMACAO A CARGO DA UEL	I	3211 03100ILI	35.000.000	10828
		T O T A L I		35.000.000 I	

SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I		FL. 02	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN DO
CODIGO I		DA IFTIDI			IPROC
I		IDESPESA I	IRI		ICOP
2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I
	IADMINISTRACAO - ENTIDADES	I	I I I		I
	IVINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
2252	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE	I	I I I		I
	IADMINISTRACAO DE MATERIAL - DEAN	I	I I I		I
I 219	ICOMPRA E FORNECIMENTO DE	I	I I I		I
	IMATERIAIS - DEAN	I	4120.00I20ILI	35.000.000	10828
		T O T A L I		35.000.000 I	

CANCELAAMENTO		A N E X O I V		FL. 02	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)	
I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN DO
CODIGO I		DA IFTIDI			IPROC
I		IDESPESA I	IRI		ICOP
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I
	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I I		I
	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I I I		I
	IVINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
1210	IUNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	I	I I I		I
2467	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I
	IENTINO SUPERIOR EM LONDRINA	I	3120.00I00ILI	21.273.000	10828
	I	I	3132.05I00ILI	6.481.000	10828
	I	I	3132.07I00ILI	7.246.000	10828
		T O T A L I		35.000.000 I	

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO V	FL. 01	CR\$ 1,00 (REAL)
CODIGO	ESPECIFICACAO	ET	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
2119 02.00	Operacoes de Credito Internas - Vinculadas	20	35 000 000	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES			
	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE MATERIAL - DEAM			
2412 20.00	Operacoes de Credito Internas - Vinculadas	20	35 000 000	

RECEITA		ANEXO VI	FL. 01	CR\$ 1,00 (REAL)
CODIGO	ESPECIFICACAO	ET	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
3413 02.00	Imposto sobre Operacoes Relativas a Circu- lacao de Mercadorias e sobre Presta- coes de Servicos e de Transporte Inte- restadual e Intermunicipal e de Comuni- cacao	00	35 000 000	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES			
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA			
3412 49.00	Recurso Ordinario - Nao Vinculado	00	35 000 000	

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 083/93

Curitiba, 12 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 1.900.000,00 (um milhão e novecentos mil cruzeiros reais), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro e da Faculdade de Artes do Paraná aprovados pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de

1992, visando atender despesas com o convênio para assistência judiciária gratuita à população carente, para execução do Programa Pró-Egresso e aquisição de material permanente.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação das próprias entidades.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 1.900.000,00 (hum milhão e novecentos mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação das próprias entidades.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo anterior deste decreto, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1,00 (REAL)	
I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN DO
CODIGO I		I DA IFTIDI	IRI		I PROC
I		IDESPESA I			ICOP
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I
	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I I		I
	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I I I		I
	IVINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
1232	IFACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO	I	I I I		I
	INORTE PIONEIRO	I	I I I		I
2511	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I
	IENSINO DE DIREITO EM JACAREZINHO	I	3132.08182ILI	100.000	I4011
1238	IFACULDADE DE ARTES DO PARANA	I	I I I		I
157	IEDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA	I	I I I		I
	IFACULDADE DE ARTES DO PARANA	I	4120.00150ILI	1.800.000	I4089
		T O T A L I		1.900.000	I

ACRESCIMO		ANEXO II		FL. 01	
DA RECEITA		ANEXO		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	I FT I		VALOR	
	IDEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES	I		I	
	IFACULDADE ESTADUAL DE DIREITO DO NORTE	I		I	
	IPIONEIRO	I		I	
1761.00.00	Convenios Intragovernamentais	82		100.000	
	IFACULDADE DE ARTES DO PARANA	I		I	
1399.00.00	Produto de Outras Operacoes	50		1.800.000	
T O T A L		I		1.900.000	

MENSAGEM Nº 084/93

Curitiba, 12 de novembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com investimentos na área do ensino superior.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa

Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado, em exercício

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN DO	IFROCI	ICOP
I	I	I DA	IFTIDI		I	I	I
I	I	IDESPESA	I IRI		I	I	I
1100	SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I		I	I	I
I	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I		I	I	I
I	ICIENCIA E TECNOLOGIA	I	I I		I	I	I
I	I	I	I I		I	I	I
1101	GABINETE DO SECRETARIO	I	I I		I	I	I
2535	GERENCIAMENTO DA POLITICA DE	I	I I		I	I	I
I	ICIENCIA, TECNOLOGIA, INDUSTRIA E	I	I I		I	I	I
I	COMERCIO	I 4130.00	I00ILI	14.000.000	I1296	I	I
		T O T A L		I	14.000.000	I	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I	
ANEXO				CRS 1,00 (REAL)		I	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN DO	IFROCI	ICOP
I	I	I DA	IFTIDI		I	I	I
I	I	IDESPESA	I IRI		I	I	I
1100	SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I		I	I	I
I	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I		I	I	I
I	ICIENCIA E TECNOLOGIA	I	I I		I	I	I
I	I	I	I I		I	I	I
1104	COORDENADORIA DE ENSINO SUPERIOR	I	I I		I	I	I
2538	PLANEJAMENTO, QUALIFICACAO E	I	I I		I	I	I
I	IAVALIACAO DO ENSINO SUPERIOR	I 3132.08	I00IRI	14.000.000	I1296	I	I
		T O T A L		I	14.000.000	I	I

A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 12 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com execução de obras por aquela Superintendência.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Companhia de Saneamento do Paraná - SANE-PAR.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Curitiba, quarta, em 17.11.93

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado  
em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN. DO
I		I DA	IFTIDI		IFROC
I		IDESPESA	I IRI		ICOP
4100	SECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I
	DESENVOLVIMENTO URBANO	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
4102	GABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I
	ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
2659	PROGRAMACAO A CARGO DA SUCEAM	I 4311.011001	I I I	18.000.000	I 1275
		T O T A L		18.000.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL I	VALOR	IN. DO
I		I DA	IFTIDI		IFROC
I		IDESPESA	I IRI		ICOP
4100	SECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I
	DESENVOLVIMENTO URBANO	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
4102	GABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I
	ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
2660	TRANSFERENCIA DE RECURSOS PARA A	I	I I I		I
	MANUTENCAO DE SISTEMAS DE AGUA -	I	I I I		I
	URBANA	I 3212.031001	I I I	18.000.000	I 1275
		T O T A L		18.000.000	I

SUPLEMENTACAO		ANEXO III			FL. 02	
ANEXO					CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	IL	VALOR	IN. DO
I	I	I DA	IFT	IRI		IFROC
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I I		I
	DESENVOLVIMENTO URBANO -	I	I	I I		I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
4204	ISUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA	I	I	I I		I
	EROSAO E SANEAMENTO AMBIENTAL -	I	I	I I		I
	SUCEAM	I	I	I I		I
1125	ICONTROLE DA EROSAO MARINHA E	I	I	I I		I
	ISANEAMENTO AMBIENTAL	I	4130.00	100 I I	10.000.000	11275
		T O T A L			10.000.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO IV			FL. 02	
ANEXO					CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	IL	VALOR	IN. DO
I	I	I DA	IFT	IRI		IFROC
I	I	IDESPESA	I	IRI		ICOP
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I	I I		I
	DESENVOLVIMENTO URBANO -	I	I	I I		I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
4209	ICOMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANAI	I	I	I I		I
	I - SANEPAR	I	I	I I		I
2044	IMANUTENCAO DOS SISTEMAS DE AGUA -	I	I	I I		I
	IPRORURAL	I	3132.08	100 I I	10.000.000	11270
		T O T A L			10.000.000	I

ACRESCIMO		ANEXO V		FL 01	
DA RECEITA		ANEXO		CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES				
	SUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA EROSAO				
	E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUCEAM				
2412.49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00		18.000.000	

REDUÇÃO DA RECEITA		ANEXO VI	FL 01 CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES			
	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA - SANEPAR			
1712.49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	18.000.000	

MENSAGEM N° 086/93

Curitiba, 12 de novembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender a concessão de subvenção social através da atividade Apoio a Ações de Natureza Social e Cultural.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado  
em exercício

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e III desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO I	FL. 01 CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR	IN. DO PROC. COF.
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I I I		I
0901	GERENCIA DO SECRETARIO - CASA CIVIL	I I I		I
2758	APOIO A ACOES DE NATUREZA SOCIAL E CULTURAL	I I I		I
		1 3231.0010011	116.000 000	11331
		TOTAL	116.000.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO		FL. 01	CR\$ 1,00 (REAL)
	ANEXO				
X		X	X X X	X	
I		INATURALIZACAO	IN. DO		
01001	ESPECIFICACAO	I DA	IFRUC		
I		IDESPESA	ICOP		
X		X	X X X	X	
0900	CHIEFIA DO PODER EXECUTIVO	I	I I I	I	
I		I	I I I	I	
0902	GABINETE DO SECRETARIO - CASA	I	I I I	I	
I		I	I I I	I	
1005	INVESTIMENTO PARA PRODUCAO E	I	I I I	I	
I	DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELCTRICA	I	I I I	I	
I	COPEL	I	4140.00/00011	114.000.000	11331
X		X	X X X	X	
		TOTAL		114.000.000	I

CANCELAMENTO		ANEXO I I I		FL. 02
ANEXO				CR\$ 1,00 (REAL)
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA I I I	IN DO	
I		I DA IFTIDI	VALOR	IPROC
I		IDESPESA I IRI		ICUP
1000	ICHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I I I I		I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I I I I		I
	I	I I I		I
1042	ICOMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	I I I I		I
	ICOPFL	I I I I		I
2850	ICORRENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I I I I		I
	ADMINISTRATIVA E APOIO	I I I I		I
	OPERACIONAL DA COPEL	I 4361.00100 I I I	116.000.000	11331
		TOTAL		116.000.000 I

CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	IDEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL		
2521.49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	116.000.000
TOTAL			116.000.000

MENSAGEM Nº 087/93

Curitiba, 12 de novembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Em atenção ao que estabelece o inciso III, do artigo 9º, da Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, cumpre-me dar ciência a essa egrégia Assembléia Legislativa de que o Poder Executivo, com base em autorização prescrita na referência legal retro mencionada baixou e fez publicar o Decreto nº 2.659, de 26 de outubro de 1993.

O referido Decreto, cujo teor tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência através da cópia anexa à presente mensagem, teve por objetivo dar cobertura orçamentária aos convênios firmados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a capacitação de docentes e aquisição de material didático.

Na oportunidade reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

DECRETO Nº 2659

O Governador do Estado do Paraná,

Curitiba, quarta, em 17.11.93

usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item V, da Constituição Estadual, e da autorização contida no artigo 9º, inciso III da Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 25.419.492,00 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros reais), de acordo com o Anexo I deste decreto.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior igual importância, proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II deste decreto.

Art. 3º - Este decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 26.10.93

172º da Independência e 105º da República

(aa) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

SUPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01	
ANEXO AO DECRETO NO. 2659				CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	IN. DO	
		DA	IFTID	VALOR	IFRUCI
		DESPESA	IRI		ICOP
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I I
3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I		I I
2774	ADMINISTRACAO DO CETEPAR	I	I I I		I I
2779	IDESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO DE	I	I I I	4.942.058	I1144I
	JOVENS E ADULTOS	I	I I I		I I
2781	IDESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	I I I	3.164.400	I1144I
	ESPECIAL	I	I I I	766.416	I1144I
		I	I I I	16.546.618	I1144I
TOTAL		I		25.419.492	I
CANCELAMENTO		ANEXO I I		FL. 01	
ANEXO AO DECRETO NO. 2659				CR\$ 1,00 (REAL)	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	IN. DO	
		DA	IFTID	VALOR	IFRUCI
		DESPESA	IRI		ICOP
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I I
3304	ISUPERINTENDENCIA DE EDUCACAO	I	I I I		I I
1004	PROJETO QUALIDADE NO ENSINO	I	I I I		I I
	IPUBLICO DO PARANA	I	I I I		I I
		I	I I I	25.419.492	I1144I
TOTAL		I		25.419.492	I

MENSAGEM Nº 088/93

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício.

Curitiba, em 12 de novembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 8.944.615,00 (oito milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quinze cruzeiros reais), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão e da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, aprovados pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas de manutenção das entidades.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações das próprias entidades.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 8.944.615,00 (oito milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quinze cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAR

ANEXO I

IL 01

CR\$ 1,00 (REAL)

MODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	VALOR	IN. DO
I		I	IRI		IPROC
I		I	IRI		ICOP
1200	1 SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I I		I
	1E DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I I		I
	1CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I I I		I
	1VINCLADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
1204	1 FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS E	I	I I I		I
	1LETRAS DE CAMPO MOURAO	I	I I I		I
2513	1 ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I
	1COLEGIO AGRICOLA DE CAMPO MOURAO	I	3120.001501LI	300.000	11363
	I	I	3131.001501LI	748.772	11363
2514	1 ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I
	1ENSINO SUPERIOR EM CAMPO MOURAO	I	3120.001501LI	1.000.000	11362
	I	I	3131.001501LI	1.000.000	11362
	I	I	3132.011501LI	250.000	11362
	I	I	3132.021501LI	250.000	11362
	I	I	3132.031501LI	1.000.000	11362
	I	I	3132.041501LI	300.000	11362
	I	I	3132.061501LI	200.000	11362
	I	I	3132.081501LI	1.073.373	11362
1240	1 FACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO,	I	I I I		I
	1CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI	I	I I I		I
2519	1 ADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I I		I
	1ENSINO SUPERIOR EM PARANAVAI	I	3120.001501LI	750.000	11364
	I	I	3132.011501LI	300.000	11364
	I	I	3132.051501LI	250.000	11364
	I	I	3132.081501LI	302.470	11364
TOTAL				8.944.615	I

CANCELAMENTO

ANEXO II

FL. 01  
CR\$ 1,00 (REAL)

CODIGO	ESPECIFICACAO	INAFUREZAI	ILTI	VALOR	IN. DO
		DA	ITTEI		IPROD
		DESPESA	IRI		ICOP
1200	SECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIAL		I I I		I
	LE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,		I I I		I
	CIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES		I I I		I
	INTEGRAÇAO		I I I		I
			I I I		I
1214	FAACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS E		I I I		I
	LETRAS DE CAMPO MOURAO		I I I		I
1250	EDIFICACAOES E EQUIPAMENTOS PARA OI		I I I		I
	COLLEIO AGRICOLA DE CAMPO MOURAO	4110	00150ILI	1 328 772	I1363
1254	EDIFICACAOES E EQUIPAMENTOS PARA AI		I I I		I
	IFACILCAN	4110	00150ILI	5 323.373	I1362
1240	FAACULDADE ESTADUAL DE EDUCACAO,		I I I		I
	CIENCIAS E LETRAS DE PARANAVAI		I I I		I
1250	EDIFICACAOES E EQUIPAMENTOS PARA AI		I I I		I
	IFACULDADE ESTADUAL DE PARANAVAI	4110	00150ILI	502.470	I1364
		4120	00150ILI	1.500 000	I1364
T O T A L				8 244 615	I

ACRESCIMO  
DA RECEITA

ANEXO III

FL. 01  
CR\$ 1,00 (REAL)

CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS E LETRAS		
	DE CAMPO MOURAO		
1210 99 00	Outras Contribuicoes Sociais	50	6 942.145
T O T A L			6.942.145

REDUÇAO DA RECEITA		ANEXO IV	FL 01
CODIGO	ESPECIFICACAO		CR\$ 1,00 (REAL)
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS E LETRAS		
	DE CAMPO MOURAO		
2590 99 00	Diversas Receitas	50	6.942.145
	TOTAL		6.942.145

**Ofícios:**

MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

N° 0910/93

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei, que visa reajustar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, Órgão da Administração Superior do Ministério Público, a vigor a partir de 1º de novembro de 1993.

No ensejo desta oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e apreço, a par de minha consideração pessoal.

Sala das Sessões, em 17.11.93.

(a) LUIZ CARLOS DELAZARI  
Procurador-Geral de Justiça

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e in-

tivos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, vigentes em outubro de 1993, ficam reajustados em 30% (trinta por cento), a partir de 1º de novembro de 1993, na forma das Tabelas que constituem o Anexo Único, desta lei.

Art. 2º - Ficam também reajustados, no mesmo índice e data fixados no artigo anterior, os valores das Gratificações de Representação de Gabinete.

Art. 3º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica reajustado para CR\$ 175,00 (cento e setenta e cinco cruzeiros reais).

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica reajustado para CR\$ 1.334,65 (um mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1993, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO UNICO

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA TABELA I TABELA DE VENCIMENTOS												
VIGENCIA: NOVEMBRO DE 1993												
INIV/REF.	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	116.414,79	121.071,38	125.914,24	130.950,81	136.188,84	141.636,39	147.301,85	153.193,92	159.321,68	165.694,55	172.322,33	
2	105.813,35	110.045,89	114.447,72	119.025,63	123.786,66	128.738,12	133.887,65	139.243,16	144.812,88	150.605,40	156.629,61	
3	96.177,35	100.024,44	104.025,42	108.186,43	112.513,89	117.014,45	121.695,02	126.562,83	131.625,34	136.890,35	142.365,97	
4	87.417,13	90.913,81	94.550,37	98.332,38	102.265,68	106.356,30	110.610,56	115.034,98	119.636,38	124.421,83	129.398,71	
5	55.764,10	57.994,67	60.314,45	62.727,03	65.236,11	67.845,56	70.559,38	73.381,76	76.317,03	79.369,71	82.544,50	
6	45.834,02	47.667,38	49.574,07	51.557,04	53.619,32	55.764,09	57.994,66	60.314,44	62.727,02	65.236,10	67.845,54	
7	37.672,23	39.179,12	40.746,28	42.376,14	44.071,18	45.834,03	47.667,39	49.574,09	51.557,05	53.619,33	55.764,10	
8	30.963,83	32.202,38	33.490,47	34.830,09	36.223,30	37.672,23	39.179,12	40.746,28	42.376,13	44.071,18	45.834,03	
9	46.086,01	47.929,45	49.846,63	51.840,50	53.914,12	56.070,68	58.313,51	60.646,05	63.071,89	65.594,77	68.218,56	
10	37.879,34	39.394,51	40.970,29	42.609,11	44.313,47	46.086,01	47.929,45	49.846,63	51.840,49	53.914,11	56.070,68	
11	31.134,06	32.379,42	33.674,60	35.021,58	36.422,45	37.879,34	39.394,52	40.970,30	42.609,11	44.313,48	46.086,01	
12	25.589,93	26.613,53	27.678,07	28.785,19	29.936,60	31.134,06	32.379,43	33.674,60	35.021,59	36.422,45	37.879,35	
13	38.087,63	39.611,14	41.195,58	42.843,41	44.557,14	46.339,43	48.193,01	50.120,73	52.125,56	54.210,58	56.379,00	
14	31.305,26	32.557,47	33.859,77	35.214,16	36.622,72	38.087,63	39.611,14	41.195,58	42.843,41	44.557,14	46.339,43	
15	25.730,64	26.759,87	27.830,26	28.943,47	30.101,21	31.305,26	32.557,47	33.859,77	35.214,16	36.622,72	38.087,63	
16	21.148,71	21.994,66	22.874,45	23.789,42	24.741,00	25.730,64	26.759,87	27.830,26	28.943,47	30.101,21	31.305,26	

## ANEXO UNICO

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

## TABELA II

VIG: 11/93

## CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

## A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1.....	74.400,66
SIMBOLO DAS-3.....	61.198,54
SIMBOLO DAS-5.....	47.860,50

## B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	30.886,37
SIMBOLO 3-C.....	26.331,72
SIMBOLO 9-C.....	17.850,03

## FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SIMBOLO 1-F.....	1.806,26
SIMBOLO 2-F.....	1.533,32
SIMBOLO 3-F.....	1.352,10
SIMBOLO 4-F.....	1.085,33
SIMBOLO 5-F.....	991,88

Of. n° 1907/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, anteprojeto de lei, que reajusta o nível do vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas, em novembro de 1993.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 17.11.93.

(a) RAFAEL IATAURO  
PresidenteTRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ  
ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - O nível de vencimento do Procurador Geral, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica reajustado em 30% (trinta por cento) a partir de

1° de novembro de 1993.

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1°.

Of. n° 1908/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, anteprojeto de lei, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em novembro de 1993.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Cordialmente,

Sala das Sessões, em 17.11.93.

(a) RAFAEL IATAURO  
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados em 30% (trinta por cento), a partir de 1º de novembro de 1993, na forma das tabelas que constituem o Anexo Único desta lei.

Art. 2º - Ficam, também, reajustados em 30% (trinta por cento), os valores da Gratificação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão.

Art. 3º - Ficam, ainda, reajustados, o

valor da Gratificação de que trata o Decreto nº 2.966, de 24 de julho de 1980, para CR\$ 4.138,98 (quatro mil, cento e trinta e oito cruzeiros reais e noventa e oito centavos), o valor da Gratificação de Produtividade, para CR\$ 1.334,65 (um mil e trezentos e trinta e quatro cruzeiros reais e sessenta e cinco centavos), e o valor do Salário Família, por dependente legal, para CR\$ 175,00 (cento e setenta e cinco cruzeiros reais).

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º.

ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de 1º de novembro de 1993.

MÊS: NOVEMBRO/93

TABELA

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	85.876,62	86.761,95	87.647,27	88.532,60
2	62.121,45	62.761,88	63.402,30	64.042,73
3	59.559,74	60.200,17	60.840,59	61.481,02
4	56.998,03	57.638,46	58.278,88	58.919,31
5	54.436,32	55.076,75	55.717,18	56.357,60
6	51.874,61	52.515,04	53.155,47	53.795,89
7	49.312,90	49.953,33	50.593,76	51.234,18
8	46.751,19	47.391,62	48.032,05	48.672,47
9	44.189,48	44.829,91	45.470,34	46.110,77
10	41.627,77	42.268,20	42.908,63	43.549,06
11	39.066,07	39.706,49	40.346,92	40.987,35

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO  
SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO	VALOR
DAS-1	74.400,66
DAS-2	65.664,57
DAS-3	61.198,54
DAS-4	52.330,45
DAS-5	47.860,50

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO  
SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO	VALOR
---------	-------

1-C	30.886,38
2-C	28.525,11
3-C	26.331,73

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VALOR
1-F	1.875,73
2-F	1.592,30
3-F	1.404,11
4-F	1.127,07
5-F	1.030,04
6-F	840,82
7-F	652,90

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 4550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, transfere de toda a Ordem do Dia da presente Sessão para o dia de amanhã, com exceção do

Projeto de Lei n° 327/91, que fica adiado para

o dia 23 de novembro.

Sala das Sessões, em 17.11.93.

(aa) RENATO ADUR, NILTON BARBOSA,

ALCEU SWAROWSKI, OVIDIO CONSTANTINO,

LUIZ CARLOS ZUK, COLOMBINO GRASSANO

## REQUERIMENTO N° 4555

Senhor Presidente.

A Comissão de Finanças, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 123/93, de autoria do Deputado Plauto Guimarães, que cria o Programa Pró-Produtividade Agrícola Paranaense, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso V, combinado com o Art. 131, ambos da Resolução n° 159/90, independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar expediente às Secretarias de Estado do Planejamento e da Fazenda, para que aquelas Pastas se pronunciem sobre o teor do mesmo, em face da complexidade de seu objeto.

Pede deferimento.

Sala das Sessões, em 17.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Assembléia Legislativa, tendo em vista a manifestação deste Plenário, inicialmente através das Lideranças Partidárias, e após por decisão deste Plenário, na semana passada, houve por bem decidir que na Sessão de hoje, 17 de novembro, o espaço reservado ao Pequeno e ao Grande Expediente e também o Horário das Lideranças, num total de duas horas, fosse destinado à discussão, ao debate, a respeito da Mensagem n° 76/93, que transformou-se no Projeto de Lei n° 655/93, nesta Assembléia, e que trata de proposta enviada por S.Exa. o Governador Roberto Requião, no qual objetiva autorizar o Poder Executivo a vender, mediante prévias avaliações, ações que detêm na Companhia Paranaense de Energia, COPEL.

Esta Mensagem chegou à Assembléia Legislativa, foi lida no Expediente. Entendemos que o seu texto já é do conhecimento dos Srs. Deputados e na Sessão de hoje, também em função dos requerimentos e sugestões apresentados, decidiu a Presidência da Assembléia convidar para que aqui comparecessem para debatermos este assun-

to, as seguintes pessoas: Ilmo. Sr. João Carlos Cascaes, M.D. Presidente da Companhia de Energia do Paraná, COPEL; Ilmo. Sr. Ademar Cury da Silva, M.D. Presidente da Associação Profissional da COPEL; Ilmo. Sr. Ademar Cury da Silva, M.D. Presidente da Associação Profissional da COPEL; Ilmo. Sr. Irineu Zanati, M.D. Diretor da BANESTADO S/A Corretora de Títulos e Valores Imobiliários; Luiz Carlos Correia Soares, M.D. Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Paraná; Ilmo. Sr. Francisco Luís Sibut Gomide, M.D. Diretor Geral da Itaipu Binacional; Ilmo. Sr. Alberto Dalcanalle Neto, M.D. Presidente da Bolsa de Valores do Paraná.

Iremos conceder a palavra, neste instante, diante daquilo que ficou...

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, os nomes que V.Exa. citou, integrantes da Diretoria da COPEL, integrantes do Banco do Estado Seguradora e da Bolsa de Valores, estas são pessoas com relação à questão das vendas.

Quando V.Exa. aceitou a sugestão para que a Sessão de hoje fosse passada à questão da discussão das ações da COPEL, pedimos à Mesa que, além da parte financeira da coisa, Bolsa de Valores e etc, fosse convidado alguém da parte técnica.

V.Exa. convidou alguém da parte técnica ou só alguém da parte financeira?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu

entendo, Deputado Nilton Barbosa, que as pessoas aqui convocadas, o Presidente da COPEL bem como o Representante do Sindicato dos Engenheiros do Paraná terão condições de falar a respeito deste aspecto técnico ao qual V.Exa. se refere.

Evidentemente o nosso objetivo é procurar, nesta reunião de hoje, ao ouvirmos estas pessoas, esclarecer as dúvidas que porventura tenham os Srs. Deputados, e se não esclarecidas estas dúvidas, tenha certeza V.Exa., a Assembléia Legislativa não se furtará a promover outras reuniões que se fizerem necessárias, até que os Srs. Deputados se dêem por esclarecidos e devidamente orientados quanto à oportunidade, à necessidade, enfim, quanto a todos os aspectos que envolvem esta proposta de S.Exa. o Governador, de venda das ações que detêm na Companhia de Energia do Paraná.

O SR. NILTON BARBOSA - A nossa pergunta

Sr. Presidente, é evidente que se há interesse por parte do Sr. Governador de colocar as ações da COPEL à venda, consequentemente há interesse por parte da Diretoria da própria da COPEL e do Banco do Estado, e porque não dizer até mesmo da Bolsa de Valores, dado ao fluxo de negó-

cios que acontecerá.

Acho que nós deveremos hoje, a Diretoria da COPEL, aqui representada pelo seu Presidente, Doutor Cascaes; a Diretoria do BANESESTADO-Seguradora, representada pelo Irineu Zanata; a Bolsa de Valores pelo Dalcanelle; teremos que ter uma próxima reunião para discutirmos mais a parte técnica da coisa, com pessoas inclusive alheias ao Estado do Paraná.

Quero entender que se há interesse por parte do Governo porque a Mensagem já se encontra na Casa, conseqüentemente há interesse por parte dos outros que aqui fazem parte hoje.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu entendo Deputado Nilton Barbosa que esta é a primeira reunião que nós estamos realizando, e diga-se de passagem o prosseguimento de um comportamento adotado pela Assembléia de projetos polêmicos, em projetos complexos abrir espaços para que possamos debatê-los antes que compareçam a votação.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu o cumprimento pela iniciativa que teve e tem se comportado Vossa Excelência dessa forma. Só me causou estranheza que eu esperava que viessem pessoas de diversos setores, inclusive pessoas alheias ao Governo, quando vejo Vossa Excelência anunciar tão somente a presença de diretores da COPEL, do BANESESTADO e da Bolsa. Tenho vontade de ouvir pessoas que estão distantes do Governo.

Mas tenho certeza que, quando solicitado, Vossa Excelência fará o convite às pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa novamente ao Deputado Nilton Barbosa e aos demais do Plenário, que não se restringiu apenas a convidar para a Sessão de hoje a Diretoria da COPEL, da Bolsa de Valores e do BANESESTADO. Convidou também o Presidente da Associação dos Funcionários da COPEL, do Sindicato dos Engenheiros do Paraná e também o Presidente da Itaipu-Binacional, Doutor Gomide.

Então, não foram apenas essas pessoas convidadas, nós convidamos o Diretor da Binacional-Itaipu, o Presidente da Associação dos Funcionários da COPEL e o Presidente do Sindicato dos Engenheiros, que irão participar desta Sessão na condição de expositores, ou se entenderem, na condição apenas de debatedores.

Esta Presidência comunica aos presentes que irá conceder a palavra de acordo com aquilo que ajustaram entre si as pessoas convidadas, inicialmente ao Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, Dr. Luiz Carlos Correia Soares, que fará

Curitiba, quarta, em 17.11.93

sua exposição. Logo a seguir, virá o Doutor Alberto Dalcanelle Neto e posteriormente o Doutor João Carlos Cascaes.

A partir da manifestação dessas pessoas nós abriremos espaço para que os outros convidados e os Srs. Deputados possam se manifestar fazendo as suas considerações e as perguntas que julgarem de seu interesse.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, visto que este assunto pode se tornar polêmico diante das discussões, eu colocaria a seguinte Questão de Ordem para ser definida: que nós votássemos primeiro a Ordem do Dia e depois deixássemos, além dos horários previstos, deixássemos todo o tempo necessário para a discussão em relação a este assunto, venda das ações da COPEL.

Então, que pudéssemos primeiramente votar essa Ordem do Dia e abrir o espaço além do tempo que está previsto, que é o Pequeno, o Grande Expediente e o Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa não recebeu até o momento nenhum requerimento nesse sentido, e para que isso aconteça, deverá receber o requerimento das Lideranças, já que o encaminhamento que apresentamos foi fruto de um entendimento das Lideranças.

Suspendo a Sessão por dois minutos para que os Líderes se entendam quanto a alteração da Ordem do Dia de hoje.

Está reaberta a Sessão.

Enquanto aguardamos o entendimento das Lideranças, solicitamos ao Deputado Luiz Carlos Martins que proceda a leitura de novas Mensagens de aumento de salário, oriundas do Tribunal de Contas do Paraná.

Antes, porém, e a pedido do Deputado Nereu Moura, registramos as presenças dos Vereadores de Nova Aurora, Clóvis Cândido de Souza, Marino Sáci, Carlos Camilo e Eliel Lourenço.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Lê Mensagens do Tribunal de Contas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ofício nº 910/93, subscrito pelo Senhor Procurador Geral da Justiça, constante do expediente, visando reajustar vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal daquela Procuradoria. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 1907/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta o nível de

vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral do Estado junto àquele Tribunal. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício nº 1908/93, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do quadro de pessoal daquele Tribunal. À Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Renato Adur, Nilton Barbosa, Alceu Swarowski e demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando a transferência de toda a Ordem do Dia da presente sessão, para amanhã, com exceção do Projeto de Lei nº 327/91, que fica adiado para o dia 23 de novembro do corrente ano. Aprovado, por unanimidade.

Esta Presidência, por outro lado, determina à Assessoria que providencie a publicação de todas as peças constantes do Projeto 327/91, e que essa publicação em avulso seja distribuída aos Senhores Deputados até amanhã à tarde.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Nereu Alves de Moura, constante do expediente, solicitando o encaminhamento de pedido de informações junto às Secretarias do Planejamento e da Fazenda, relativas do Projeto de Lei nº 123/93. À Coordenadoria de Expediente, para encaminhar.

Diante do que foi decidido pelo Plenário da Assembléia, nós iremos, na sessão de hoje tratar apenas e tão somente das discussões relativas à Mensagem de Sua Excelência, o Senhor Governador que objetiva vender ações que possui junto à COPEL.

Nesse sentido, conforme anteriormente já informado aos Senhores Deputados, concedemos a palavra, nesse momento, ao Presidente do Sindicato dos Engenheiros Luiz Carlos Correia Soares.

O SR. LUIZ C.C.SOARES - Senhor Presidente, demais membros da Mesa da Assembléia Legislativa, Senhores Deputados, boa tarde!

É uma satisfação e uma honra estar aqui nessa Casa participando das discussões e debates de um assunto tão importante para a questão econômica e a questão do patrimônio público do Estado do Paraná.

O Sindicato dos Engenheiros tem estado em permanente vigília, em permanente discussão e participação de todas as discussões que dizem respeito ao interesse público ao interesse da sociedade para-

naense e também da sociedade brasileira.

Nesse sentido não pode ficar ausente numa discussão como essa. Entretanto devo dizer que é um assunto ainda muito recente que chegou ao nosso conhecimento há pouco tempo e a nossa entidade não teve tempo viável para aprofundar a discussão e de posicionar de uma forma muito concreta e muito embasada em condições de análise e avaliação de todos os parâmetros, de todos os envolvimento técnicos e políticos que tem o assunto que estamos tratando.

Entretanto, desde logo devo dizer que nos assalta algumas preocupações que espero e acredito que devam ser esclarecidas e debatidas no decorrer das discussões desse projeto.

Também digo que, no nosso entendimento, esta discussão deve prolongar-se, deve ser bastante ampla e profunda para que se chegue ao conhecimento, ao contorno completo e claro, não só no âmbito desta Casa, como também da sociedade paranaense e em todas as suas formas de organização, ou seja, a sociedade organizada como um todo deve participar dessas discussões.

Por quê? Porque se trata de uma intenção, de uma alienação de uma parte de um patrimônio público construído com o esforço da sociedade paranaense ao longo de muitos anos; um trabalho sério, concreto, objetivo da COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

É natural que essas inovações, qualquer assunto novo, para aquelas pessoas que têm um conhecimento, uma postura de crítica, de discutir todas as coisas que sejam novas e digam respeito à alienação de um patrimônio público que se deva discutir.

Então, queria dizer aos Senhores, que a minha manifestação neste momento é pouco contributiva na questão específica de um posicionamento claro porque ainda não debatemos no interior da nossa entidade essa questão.

Precisamos de algum tempo e acredito que a sociedade paranaense precisa de algum tempo.

Não gostaríamos de ver um projeto desta natureza discutido e aprovado às carreiras, porque não estaria consultando os interesses da sociedade paranaense.

Uma preocupação é esta.

A outra preocupação é, evidentemente, a população básica de estar vendendo uma parte deste patrimônio.

Isto já é uma questão que se questiona. Não vamos questionar de uma forma apressada, mas, em princípio, politicamente, é uma coisa que a gente tem criticado. Por quê? Porque pode tornar-se um braço do processo neo-liberal e do processo de privatização que tem sido feito neste País e que não gostaríamos que acontecesse com

uma empresa do conceito e da solidez que tem a COPEL.

Então, inicialmente, a minha manifestação é de preocupação e de uma recomendação aos Senhores Deputados no sentido de que debatamos bastante e posicionemo-nos com clareza e com bastante segurança a respeito desta questão.

Em princípio a gente tem uma postura crítica, de certa forma contra, mas não queremos ser apressados e não queremos ser inconseqüentes. Estamos à disposição para participar e debater esta questão, desde que ela consulte os interesses da população paranaense.

Então, para início de conversa, as minhas colocações são essas.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa, mais uma vez, aos Senhores Deputados que, logo após a exposição dos nossos convidados, abriremos para o debate e as perguntas aos Senhores Deputados e aos demais convidados que aqui se encontram.

Convidamos para fazer uso da palavra o Diretor da Bolsa de Valores do Paraná, Doutor Alberto Dalcanalle Neto.

O SR. ALBERTO DALCANALLE NETO - Senhor Presidente, demais membros da Mesa, Senhores Deputados, Diretores da BANESTADO Corretora, Diretores da COPEL, Presidente do Sindicato, Senhoras e Senhores. (Lê):

"Antes de iniciar as palavras sobre o assunto que me trouxe aqui, não posso deixar de externar a minha satisfação e uma certa emoção de estar nesta Casa a qual meu pai serviu, exercendo, por duas vezes, o mandato do Deputado.

Sendo, Senhor Presidente na transferência da Assembléia da Avenida Rio Branco para o Palácio Dezenove de Dezembro. Foi com ele que aprendi a respeitar o trabalho parlamentar e a reconhecer sua importância como o mais legítimo poder de representação popular.

Além deste motivo sentimental, por si só suficiente para aceitar todos os convites que receber para vir até a Assembléia Legislativa, entusiasmo-me também a oportunidade de falar sobre Bolsa de Valores e Mercado Acionário, um segmento da economia ao qual dediquei, praticamente, toda a minha vida profissional.

Bolsa de Valores e política parecem dois temas incompatíveis. E é muito provável que continuasse assim se o Governador Roberto Requião não tivesse - a meu ver corretamente - levantado a hipótese de vender uma parte das ações da COPEL e utilizar os recursos em outros investimentos.

Digo corretamente, porque não há mais motivos para o Governo manter uma partici-

Curitiba, quarta, em 17.11.93

pação tão alta no Capital da COPEL quando há interesse do mercado acionário por essas ações e tantas carências no setor público. O Estado pode muito bem obter um volume de recursos consideráveis sem perder o controle acionário da empresa.

Um outro aspecto a considerar é que a COPEL - uma empresa de energia elétrica reconhecida por sua eficiência - tendo o seu capital aberto, poderá, sempre que necessário, ir ao mercado para buscar novos aportes de capital, sem a necessidade de ficar sempre na dependência dos recursos do Tesouro estadual.

Portanto, do ponto de vista político e administrativo, considero a intenção absolutamente certa. O que cabe, a meu ver, é uma discussão ampla sobre a forma de alienação das ações para que o processo seja o mais transparente possível e o Estado consiga os melhores resultados.

É claro que para mim, que trabalho no mercado de Valores e presido a Bolsa de Valores do Paraná, todos esses requisitos serão preenchidos se a venda das ações se der através da Bolsa. Alguns leilões já realizados por prefeituras mostram que esse é o melhor caminho.

Esses leilões realizados pelas Prefeituras Municipais através da Bolsa de Valores do Paraná, a gente pode mostrar com melhor clareza a eficiência e a eficácia desses leilões através da Bolsa de Valores. Na mesma data foram realizadas licitações públicas no balcão de Prefeituras Municipais e no mesmo dia leilão da Bolsa de Valores do Paraná, sendo que a diferença de preço alcançada na licitação, dentro da prefeitura na Bolsa de Valores do Paraná correspondeu a uma diferença de quase 100% a favor do leilão realizado na Bolsa de Valores do Paraná.

Só por isso já mostra a transparência e a clareza dos leilões realizados na Bolsa de Valores do Paraná. No caso da Copel, numa eventual venda da participação do Governo do Estado de suas ações o primeiro passo seria a abertura do Capital da COPEL, sem o que a CVM, que é a Comissão de Valores Mobiliários não aprovaria nenhuma alteração, exatamente porque a CVM é o órgão fiscalizador do mercado de valores, das bolsas de valores, das instituições financeiras e todas as transações do mercado acionário.

Como condição de venda, o número um já falei, a abertura de capital o nº 2 seria a coordenação dessa operação pela BANESTADO Corretora. Esse processo poderia ser feito através de leilões em Bolsas de Valores realizados na Bolsa de Valores do Paraná, um percentual de capital disponível para venda do Estado em determinado leilão, numa determinada data a ser fixada e autorizada pela CVM, com a participação

e a coordenação principal da BANESTADO Corretora, com a participação das instituições financeiras do Paraná, Corretoras Distribuidoras, que formariam um pool juntamente com as instituições financeiras nacionais para uma garantia de uma colocação e a certeza de melhor preço através de leilões nas Bolsas de Valores do Paraná.

Numa segunda etapa no desenvolvimento desses leilões poderia ser promovido uma reestruturação do capital da COPEL. Hoje o capital da COPEL está dividido em 60% de ações ordinárias e 40% de ações preferenciais. A COPEL poderia usar o que a lei lhe faculta, dividir seu capital em 1/3 de ações ordinárias e 2/3 de preferenciais, portanto, dentro da mensagem do Governador enviada a esta Assembléia o Governo pretende ficar com 60% das ações ordinárias, portanto 20% do capital total sem que com isso perca o controle e o mando total na empresa. A título de exemplo para uma maior alavancagem de recursos de maior desenvolvimento da COPEL, a COPEL em determinado momento a título de exemplo poderia fazer um aumento de capital de 100 milhões de dólares, sendo que o Estado o seu controlador e o detentor do capital, tem 60% do capital ordinário que seria o capital com direito a voto e controle da empresa entraria exatamente com 20 milhões, e os 80 milhões de dólares restantes seriam capitalizados pelos outros demais acionistas, não onerando com isto o Tesouro do Estado e, conseqüentemente, favorecendo o desenvolvimento da COPEL, o seu fator de fortalecimento e as obras que a empresa tanto precisa para gerar energia para o Estado do Paraná. (Lê):

"Penso que a sociedade não pergunta a um governante, após o mandato, em quanto ele aumentou o capital das empresas estatais ou quanto dos impostos se destinaram para esse fim. Para a população, o mais importante é que a ação de Governo se concentre no campo social - na educação, na saúde, na segurança e outros serviços públicos. O que a população vai querer saber em quanto melhorou o seu bem estar e não em quanto as empresas se fortaleceram.

Por essas razões, volto a afirmar que considero a decisão do Governador Roberto Requião absolutamente correta, como considero da mais alta importância que esta Casa trate o assunto com o cuidado que está tendo, ao chamar representantes de segmentos da sociedade para discutir o assunto. A Bolsa de Valores do Paraná sente-se gratificada de estar aqui e coloca-se permanentemente à disposição da Assembléia Legislativa para colaborar sempre que for chamada, como me coloco agora à disposição dos senhores para eventuais esclarecimentos agora à disposição dos senhores para eventuais esclarecimentos em momento oportuno.

tuno.

Obrigado!"

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação a presença entre nós do Prefeito de Palotina, Senhor Luiz Ernesto De Giacometti; do Prefeito de Tupãssi, Senhor Valdecir Acco; do Secretário de Saúde de Tupãssi, Senhor José Maria Ucci; do Prefeito de Santa Rosa, Senhor Jandir Dal'Moro; dos Vereadores Vilmar Walter e Milton Oscar Arndt; do Secretário de Administração de Santa Rosa, Senhor Sérgio Maccari. Solicitação do Deputado Duílio Genari.

Também registramos com satisfação a presença entre nós do Vereador e Presidente da Câmara de Borrazópolis, Senhor José Eustáquio dos Reis.

Cedemos a palavra neste instante ao Senhor João Carlos Cascaes, Presidente da COPEL.

O SR. JOÃO CARLOS CASCAES - Senhor Presidente, Orlando Pessuti, Senhores Deputados, companheiros.

É com satisfação que venho aqui explicar o Projeto de Lei do Governador Roberto Requião para alienação de parte das ações da COPEL, embutido nele também a abertura de capital da empresa.

Isso chega num momento extremamente oportuno porque não é segredo para ninguém o garrote que se colocou em cima das empresas estatais. Por sermos estatais não temos acesso ao crédito que hoje é oferecido a empresas privadas, BNDES e outras fontes se fecham, este é um garrote a nível mundial. E o próprio Banco Mundial e outras fontes de recursos internacionais se fecham às estatais. É óbvio que a empresa não pode sozinha enfrentar essa questão. E sua principal responsabilidade é dar andamento a um programa de atendimento de expansão e serviço de energia no Estado do Paraná.

A COPEL, felizmente fruto de excelentes administrações, está hoje numa condição invejável no setor nacional, graças a austeridade e competência de suas diretorias e equipes técnicas, entraremos agora em dezembro com a última máquina da Usina de Segredo e presseguiremos o nosso programa de força comunitária, força rural e também eletrificação regular das cidades.

Mas isso não é suficiente porque sabemos que o Estado do Paraná tem um potencial de desenvolvimento muito grande, há grandes expectativas em relação a muitas indústrias e ao próprio aumento do padrão de vida da sua população.

Um número ruim, uma meta infeliz atingimos este ano. Ou seja, 80 mil ligações.

de baixa renda. São 80 mil famílias que, infelizmente, precisaram deste programa para terem energia elétrica. É evidente que se estas famílias melhorarem seu padrão de vida, o consumo de energia subirá substancialmente. E assim sucessivamente vemos um potencial muito grande de utilização de energia elétrica. Viajando pelo interior do Estado vemos regiões inteiras tendo a curto e médio prazos necessidade de subestações, linhas e novas redes, de modo que a qualidade do serviço de energia elétrica atinja um padrão razoável e que viabilize o desenvolvimento destas regiões.

Só para o ano que vem, estendemos investimentos na área de distribuição da ordem de 150 a 200 milhões de dólares. Isto sem contar o que precisaremos de recursos para construção da barragem e derivação do Rio Jordão e início das obras da Usina de Caxias. Mas, disse antes, a COPEL está bem, a coisa não está crítica, não precisamos de dinheiro extra a curto prazo. Temos recursos. As tarifas foram recompostas. Podemos atender o nosso programa de aplicação e de qualidade sem grandes dificuldades no ano de 1994. Mas, a tomada, o início da obra de Caxias, certamente exigirá no segundo, terceiro ano, volumes crescentes de dinheiro e aí entra a questão do financiamento.

Para iniciarmos uma obra do porte de Caxias de forma responsável, é importante termos uma visão completa da origem dos recursos. A obra mais cara é aquela que não se termina. É uma obra a qual se pára, no meio, por falta de recursos. E, observando, inclusive, o desempenho das ações da COPEL na Bolsa de Valores do Paraná, ficamos até surpresos com os valores obtidos, porque sabemos que a COPEL ainda não é uma empresa de capital aberto e estávamos, inclusive, ainda numa de recuperação tarifária.

Observando isso, nosso Governador teve a inspiração, junto com Deputados com os quais conversou, de abrir o capital da empresa, oferecendo suas ações dentro de um programa que garantisse uma rentabilidade mínima e também um fluxo que garantisse o cronograma do nosso plano de expansão.

É bom, então, dizer o seguinte: este dinheiro é necessário para a expansão do sistema de geração, transmissão e distribuição de energia. Não é apenas a obra da Usina de Caxias que está em questão. Precisamos construir linhas de transmissão, subestações e redes em muitas cidades. E o dinheiro obtido das ações certamente evitará a COPEL obter estes recursos de bancos, juros talvez elevados.

Não temos pressa destes recursos. Este é um outro aspecto importante. Mas, podemos capitalizar este dinheiro, com calma.

Curitiba, quarta, em 17.11.93

O Estado poderá vender com bastante prudência, sem pressa. Não há necessidade, a curto prazo, vender qualquer ação da COPEL. Mas, há necessidade de iniciarmos o processo de abertura de capital e também, como está acontecendo aqui, agora, esta discussão e finalmente a autorização legislativa para a venda das ações. Isto aí dá ao Governo o instrumento que precisa, para de uma maneira cautelosa e sensata, na medida em que for necessário, alienar as ações que ele possui da empresa.

O projeto de lei em questão não transfere o controle acionário à iniciativa privada. O Estado retém 60% das ações ordinárias, o que lhe permite um controle sobre as decisões à gerência da empresa. Isso é um aspecto importante porque o Estado do Paraná ainda tem grandes regiões onde o serviço de energia elétrica é altíssimamente subsidiado, e evidentemente uma empresa privada não teria interesse e o empenho que o Governo do Estado tem para que o serviço de energia elétrica exista nas condições atuais. A eletrificação rural, de uma maneira especial, é subsidiada tanto na sua instalação quanto na sua manutenção, não obtendo recursos que a viabilize permanentemente.

Então a empresa, o Estado do Paraná retendo o comando acionário da COPEL garante a essas populações a continuidade e ampliação do serviço de energia elétrica que é vital ao seu desenvolvimento e a um padrão de vida melhor.

Caxias é o grande discurso, como falamos é a usina, é o investimento mais pesado que temos a médio prazo, é uma obra que custará em torno de um bilhão de dólares e que só iniciará a sua operação no final de 1998. Portanto, é uma obra que nesse período de 94 a 98 consumirá recursos que só terão retorno a partir de 1999. Então, com isso, com a venda de ações e outras fontes normais de recursos nós entendemos que a Companhia Paranaense de Energia poderá dar prosseguimento ao seu plano de obras e aumentar o padrão de qualidade de serviços, que é extremamente necessário à industrialização do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, era isso que tinha a dizer e fico à disposição então para perguntas a hora que o senhor assim decidir.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registramos com satisfação a presença neste Plenário, do ex-Deputado, e com muito orgulho ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, o Doutor Luiz Alberto Dalcanalle. A sua presença muito nos orgulha e engrandece a Sessão que estamos realizando.

Solicito aos nossos convidados que fi-

zeram suas explanações, o Presidente do Sindicato dos Engenheiros, Doutor Luis Carlos Correia Soares; o Doutor Alberto Dalcanale Neto, Presidente da Bolsa de Valores; e o Doutor João Carlos Cascaes, Presidente da COPEL, que tomem assento à Mesa principal para que possam daqui para frente, na medida em que forem indagados, responderem aos questionamentos dos Srs. Deputados.

Essa Presidência convida também para assentar-se à Mesa principal, caso esteja presente, Ilustríssimo Ademir Curi da Silva, Mui Digno Presidente da Associação Profissional da COPEL; Ilmo. Sr. Irineu Zanatti, Diretor da BANESTADO Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários; e também, se estiver presente o Dr. Francisco Gomide, Presidente da Itaipu-Binacional.

Representando a BANESTADO Corretora, o Dr. Paulo Roberto.

Estão abertos os debates. Os Srs. Deputados que desejarem se manifestar que se inscrevam junto à Mesa. Temos já a inscrição do Deputado Ernani Pudell e Deputado Luiz Carlos Zuk, na sequência.

Com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares para que possamos conduzir com a maior tranquilidade e esclarecimento o debate que iremos realizar.

Deputado Ernani Pudell com a palavra.

O SR. ERNANI PUDELL - A minha pergunta é dirigida ao Presidente da Comissão de Valores Imobiliários do Paraná, que obviamente tem interesse de operar a venda das ações pretendida pelo Governo do Estado, um movimento com certeza significativo de recursos na Bolsa de Valores do Paraná, mas a minha pergunta é especificamente o seguinte: neste momento o Congresso Nacional discute a possibilidade da quebra do monopólio das empresas do setor elétrico, até mesmo a sua privatização e existe uma política de recuperação de valor real das tarifas de energia no País, e se proprietário fosse de uma empresa de energia elétrica estatal neste momento, teria interesse em vender ações agora ou aguardar a definição dessa política a nível nacional quando imagina-se que haverá uma elevação substancial no valor das ações patrimoniais dessas empresas, especialmente das ações ordinárias que detém o poder de decisão sobre a empresa, direito a voto.

Então a minha pergunta dirige-se inicialmente ao Presidente da Comissão, e se me permite já após a resposta, Senhor Presidente, gostaria de dirigir outras ao Presidente da COPEL do Paraná.

O SR. DALCANALLE - Exatamente, pelo que ex-

seria o melhor momento para a venda?

Veja bem, temos passado - o Mercado de Valores do Brasil - nos últimos dois anos passou por uma recuperação bastante grande, uma evolução em função basicamente, um crescimento do mercado basicamente com aporte de recursos de fundos estrangeiros. Isto movimentou e valorizou extremamente as ações dentro do Brasil. O melhor momento nem sempre é quando o detentor das ações tem intenção de vender. O que a gente tem que aliar ao melhor momento é a intenção do detentor das ações de promover a venda.

Acho que o primeiro passo seria primeiro uma autorização e a gente em contato com a BANESTADO Corretora que seria a coordenadora da operação, analisarmos o momento propício e a quantidade de ações a ser colocada em cada "block trader".

Com certeza hoje e a expectativa nos próximos meses é que o mercado continue em evolução, com uma ação nova que entraria no mercado, quer dizer, seria mais prudente e mais para que a obtenção de recursos financeiros fosse mais proveitosa que fossem em parcelas num programa de longo prazo, em que essas ações vendidas fossem a cada leilão esperando sempre uma evolução de preços. Agora, é claro que para início, para um primeiro leilão de porte, executando esses feitos pelas Prefeituras Municipais que foram leilões de pequeno porte, em função da expectativa do Governo na venda de suas ações, com certeza, veja bem, o primeiro leilão seria o momento oportuno que se realizasse o mais breve possível, um leilão de uma parte do percentual, uma parte pequena para que se pudesse fazer um teste da receptividade das ações da COPEL no Mercado, e com certeza vai ser a melhor possível.

O SR. ERNANI PUDELL - Permite-me, se entendi corretamente, o Senhor entende que as ações devem ser vendidas gradualmente de acordo com o comportamento do mercado, com a definição da política energética a nível nacional, ou o próprio comportamento das tarifas e de forma gradualista, é esta a opinião, digamos em termos, de orientação ao vendedor ao detentor das ações.

O SR. DALCANALLE - A pergunta é se agora plicou o Presidente da COPEL, as tarifas se não estão recuperadas estão bem próximas disso. Imagino que o momento seja bastante oportuno para iniciar o processo de vendas.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço.

A minha pergunta, Senhor Presidente, é ao Presidente da COPEL do Paraná: ouvimos atentamente a exposição do Presidente,

e principal razão espojada aqui para a venda das ações diz respeito à necessidade da COPEL em ter acesso a recursos especialmente para a efetivação da construção da Usina de Caxias, segundo informações que um recurso na ordem de um bilhão de dólares, parece, e seria importante que esse recurso viesse através da venda das ações.

Gostaria de fazer algumas perguntas ao Presidente da COPEL: quanto o Paraná produz em termos de energia hidráulica em todo o Estado, quanto dessa produção é feita pela COPEL, por usina própria da COPEL, quanto é produzido pela ELETROSUL e quanto o Paraná exporta de energia elétrica? Se o parque hidráulico do Paraná instalado atende ou não a demanda do Paraná, ou se estamos construindo usinas para vender a outros Estados?

Quero fazer também outra pergunta: nesse momento em que o País tem 19 - se não me engano - usinas paralisadas pelo País afora, na construção, se é prudente se iniciar no Paraná a construção de uma nova usina? Mais do que isso, quero fazer a seguinte indagação: a COPEL, segundo informações, vendeu através da modalidade pré-venda a um grupo econômico do Paraná - EMPACEL - energia elétrica, em troca de aporte de recursos para a construção de Segredo, pelo menos é a informação que temos. Quanto por cento a EMPACEL pagará da tarifa real vendida ao consumidor comum, aos demais industriais do Estado do Paraná? E o que EMPACEL paga pela sua tarifa em termos percentuais através de contrato de pré-venda e aporte de recursos para a construção da Usina?

E por fim, uma última indagação, se a possibilidade aberta agora, parece que em evolução ainda do rompimento da tarifa única desqualização, parece-me que é, das tarifas a nível nacional se é possível a COPEL operar e vender energias ao custo inferior às tarifas praticadas hoje em termos nacionais e que estão creditadas, também o custo das tarifas produzidas por Itaipu, etc, ou seja, se as demais usinas que são do Governo Federal, da ELETROSUL estão vendendo energia mais cara do que a Usina de Segredo, por exemplo, o custo da energia, a produção é mais cara, se o Paraná tem condições de produzir e vender essa energia mais barata aqui no Estado e se há essa expectativa para o futuro?

O SR. CASCAES - O Paraná não é dono dos aproveitamentos hidrelétricos existentes em seu Estado, é importante que se diga isso. De acordo com a Constituição Federal, é uma propriedade da União, que num processo de concessão, autoriza a exploração ou não.

Então, da produção de energia elétrica

Curitiba, quarta, em 17.11.93

existente no Paraná, se não me engano, 75% é exportada e já na origem da decisão de construção das usinas, isto foi considerado e elas só foram feitas, Itaipu, outras usinas de grande porte, o conjunto atingiu esta dimensão porque o mercado brasileiro exigia e não pode prescindir essa geração de energia.

Então, não cabe à COPEL, nem ao Estado do Paraná, decidir sobre o destino desta energia, porque ela, de fato, é mais uma consequência do mercado, ela vai para onde existir cargas. A existência das usinas é no Paraná uma coincidência natural e aqui por decisão política de uma época atrás.

Então, é importante que isto se tenha em mente, ainda mais que na Constituição atual, inclusive, as explorações do potencial hidrelétrico seria submetido à licitação, sendo que autoprodutores, inclusive, têm tratamento privilegiado. Quer dizer, no caso da Usina de Caxias, a sua decisão não é da COPEL, é do sistema, é do DENAE, da ELETROBRÁS, porque na previsão de carga para 1999, vamos falar assim, ou seja, daqui a seis anos, tem-se como certa a necessidade da entrada em operação desta usina.

De fato, há muitas usinas com obras paralisadas. Estas usinas, entre as quais, Ilha Grande, é uma usina que não se pretende sequer terminar, estão paralisadas pelas razões mais diversas. Como foi dito, o caso de Ilha Grande até por uma reação da própria reação da população do Estado do Paraná, diante do prejuízo que o Estado teria com a construção dessa usina.

Nós temos térmicas paradas. É o caso de Angra dos Reis, II e III praticamente. Acredito que não há grande interesse da população que se termine.

Há outras usinas isoladas, inclusive no Norte e no Centro-Oeste do País, mas que mesmo assim, e nas expectativas de conclusão, porque para retomar o desenvolvimento, a construção dessas usinas é outro pesadelo, é o próprio caso do Ipã, até hoje a usina de Ipã há discussões com questões de ecologia e meio ambiente e também de obtenção de recursos. Então, no caso da COPEL e Paraná, a usina de Caxias, não só é necessária, como é uma usina cuja construção está de posse de uma empresa séria e competente e que tem recursos para concluí-la.

Por isso, a importância da usina de Caxias. Quer dizer, não só a gente diria, é uma usina que está na vez, porque no plano nacional há uma sequência em função de custo e oportunidade, como também é uma usina que se acredita está em operação em 1999, no final de 98 e início de 99.

Quanto ao assunto de pré-venda de energia, foi um artifício utilizado para obter recursos do BNDES. Quer dizer, dian-

te da impossibilidade de obtenção de recursos diretamente a COPEL foi obrigada a usar esse artifício de triangulação de obtenção de recursos para a Usina de Segredo de pré-venda.

Depois, pediria ao Doutor Ciscato que informasse com mais precisão valores, quanto exatamente significa em termos de tarifa ou o quê significa este montante finalmente a questão tarifária, a COPEL felizmente com a Lei 8.631, incorporação da CRC e também pelo sucesso das suas administrações poderá exercitar uma tarifa nos níveis atuais com algumas variações e com certeza menor do que a maioria das empresas de energia elétrica brasileiras, é propósito inclusive nosso aumentar a eficácia, a produtividade, de modo que no futuro a gente tenha até elementos para redução de tarifas.

É determinação do Governador Roberto Requião, que nós venhamos a utilizar os excedentes e energia para estímulo à industrialização do Estado do Paraná, oferecendo a empresários que queiram ampliar as suas instalações ou vir a se instalar no Paraná privilegiados em termos de tarifa ou infra-estrutura, porque não é só a tarifa que um industrial precisa, ele precisa também de linhas, subestações, ele precisa de todo um complexo para receber energia elétrica na sua instalação.

Deputado, gostaria então de passar a palavra ao nosso Diretor Ciscato, para que falasse alguma coisa sobre a EMPACEL e a pré-venda de energia.

O SR. CISCATTO - Fizemos uma venda antecipada de energia da produção de Segredo, no montante de 46 milhões de dólares do total da obra, que na época era 900 milhões de dólares. Então o percentual não era tão grande, no montante da obra em si.

A energia assegurada às empresas que fizeram a pré-compra, foi assegurada a tarifa ideal que a COPEL pretendia ter, não a tarifa vigente no momento. Então, não houve - digamos - venda de energia a preço baixo para pagamento no futuro.

O que a COPEL garantiu às indústrias que compraram a energia de Segredo, foi uma remuneração com correção monetária e juros de 10% ao ano.

Era o máximo de juro que nos permitia pagar na época investimentos desta natureza.

Se a tarifa da COPEL subisse além desse patamar, considerado ideal pela COPEL, é que as indústrias que fizeram a pré-compra teriam um prêmio. Essa tarifa ainda está bastante longe de ser atingida. Como a COPEL agora vai propor suas tarifas, o Governo Federal dificilmente vai propor tarifa superior aquela que ela considera ideal.

Não sei se respondi, Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL - Se entendi bem, então a EMPACEL obteve recursos públicos para empréstimo a 10% de juros, que me parece um valor razoável e fica com a garantia de que se as tarifas extrapolarem o que a COPEL chama de ideal ela tem a tarifa ideal. Se ficar inferior a ideal a empresa paga o valor inferior. Se a tarifa for fixada em valor inferior, a ideal a empresa paga valor inferior.

Gostaria de saber se há uma diferença em termos da tarifa real cobrada das demais empresas do Paraná, dos demais consumidores e aquilo que as empresas efetuarem a pré-compra irão pagar, se há diferença ou não há diferença e se há qual é o percentual aproximado.

O SR. CISCATO - Não, não há nenhuma diferença, as tarifas são fixadas por sub-classes de indústrias, de acordo com a tensão do fornecimento. Então no subgrupo que figura a EMPACEL, subgrupo A-2, são as indústrias supridas da tensão de 138 KV.

Então essas indústrias pagam todas a mesma tarifa, inclusive a EMPACEL. Os negócios são, digamos separados, a pré-compra é uma coisa, a fatura é outra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa comunica, para conhecimento dos Senhores Deputados, que temos as inscrições dos seguintes Deputados: Luiz Carlos Zuk, Trevisan, Turra, Renato Adur, Eurides, Colombino e Nereu Moura.

Antes de passarmos a palavra ao Deputado Zuk, o Doutor Luiz Carlos Correia Soares, do Sindicato dos Engenheiros, pretende fazer algumas considerações.

O SR. LUIZ CARLOS CORREIA SOARES - Na oportunidade das colocações do Deputado Ernani, creio ser do interesse e do conhecimento dos nobres Deputados, conhecer algumas posições que temos a respeito do sistema elétrico. Porque a discussão que se faz aqui está integrada, com estreita conotação com as questões fundamentais do setor elétrico, o chamado setor elétrico, principalmente o setor e fornecimento e produção de energia elétrica no País.

Esta questão é especialmente importante, porque no bojo da pretensa revisão constitucional que se entende fazer, está em discussão esta questão. Temos convicções explícitas e expressas a respeito de alguns princípios que devem nortear a questão de política energética no setor elétrico. Por exemplo: sendo o setor elétrico um setor estratégico, é nossa posição de que ele deve estar sob absoluto

controle do Estado. Se ele é totalmente propriedade do Estado ou não é uma questão que se pode discutir e normatizar.

Entretanto, sendo um fator de desenvolvimento estratégico, tem que estar no controle absoluto do Estado. Esta é a nossa posição, muito clara.

Sobre a questão das funções do setor elétrico, sendo estratégico e sendo de desenvolvimento econômico, tem que estar no interesse da sociedade. Ou seja, tem que ter garantia de qualidade de fornecimento e a preços convenientes para a sociedade e para o desenvolvimento econômico.

Então, dentro dessa ótica geral é que eu colocaria a discussão que está aqui, neste contexto. Não se pode separar este tipo de discussão dentro destes princípios. E é assim que nós trataremos esta questão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência concede a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk, para suas considerações.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, nobres visitantes. Ouvindo atentamente as explicações que antecederam a nossa presença nesta reunião, verificamos que a parte técnica reclamada pelo Ilustre Deputado Nilton Barbosa, não foi realmente, colocada naqueles termos que - acredito - a minha pessoa e alguns dos meus colegas desejavam.

Mas, entendendo nas palavras do Presidente da COPEL de que, realmente, esta venda das ações, esta pretensa autorização legislativa do Governo do Estado do Paraná se faz eminentemente de acordo com as palavras do presidente da COPEL, para o plano elétrico do Estado, para dotar o Paraná de mais condições deste fator preponderante para o desenvolvimento de qualquer quadrante desta Nação, nós verificamos que a COPEL chegou ao estado em que se encontra graças aos operosos governos, que realmente transformaram a COPEL na grande companhia que é hoje.

E nenhum destes governos vendeu ação alguma. Nenhum governo necessitou, pelo que os anais da Casa mostram, de amparo algum de comércio de companhia alguma do Estado do Paraná.

Como os fatos são novos e nós, nesta Casa, primamos para votar e ter o direito do voto consciente e principalmente fundamentado em razões, sabemos perfeitamente bem que o Governador atual do Paraná sai em abril - é candidato a Senador da República - o vice-Governador assume o Paraná, é um ano político. Este plano de construção de novas usinas já é oriundo do primeiro ano de assentamento do Governo que aí está; e somente agora, no término

do seu Governo, ou nos últimos meses do seu mandato é que temos a transcendência de ver nesta Casa realmente uma importância de uma matéria tão fundamental quanto esta.

Tenho a certeza, Sr. Presidente da COPEL, que o seu posicionamento no plano elétrico seria excelente se realmente tivéssemos a certeza que esse o seria.

Hoje, para contradizer a sua exposição, estampado no "Diário da Manhã" da Cidade de Ponta Grossa, aonde diz: "Tibagi ganha estrada". As negociações feitas entre o Governo e a oposição dentro desta Casa realmente irão dar condições para a duplicação da estrada Castro-Piraí do Sul, para a ligação de Tibagi a Ventania, e assim sucessivamente outras novas pretensões de negociações de apoio desta Casa haverão de ter, não na sua palavra e na sua belíssima exposição mas haverão de ter um ponto conflitante. Tenho certeza absoluta que a nossa Bancada, a Bancada do Partido Democrático Trabalhista, haverá de estudar minuciosamente, que já tivemos entendimento com a nossa Liderança na pessoa do Paulo Maia e dos nossos companheiros de Bancada, que iremos realmente nos posicionar quando soubermos as intenções reais do Governo do Estado do Paraná, porque esta Casa já foi tapeada com o Fundão: votou-se uma matéria e depois votaram contrário a mesma matéria que haviam apoiado; entregaram ao Governo do Estado quarenta milhões de dólares; e agora estaremos entregando num ano eleitoral, realmente esta condição pela qual nós nesta Casa queremos defender os interesses do Paraná.

O novo Governador que aí vem, seja ele quem for, do nosso Partido, ou do próprio Partido da situação, haverá de dar ao Paraná continuidade que desfrutamos hoje. Temos a COPEL forte, temos ações que valem muito; e amanhã teremos realmente a condição pela qual o novo Governador é que tenha realmente este amparo necessário. O Paraná veio até hoje, e continuará sendo um Estado aonde realmente a necessidade primordial é executada por um orçamento analítico e um orçamento plurianual.

Na Mensagem do Sr. Governador, que agora está recebendo emendas até o próximo dia 25, não havia Mensagem alguma com relação a venda das ações, somente o subsequente a isso é que chegou ao Ilustre Presidente Orlando Pessuti uma Mensagem pedindo autorização. Acho que é extemporâneo, apesar de não entrar na matéria técnica do assunto, é extemporâneo esta posição, e queria ouvir do Presidente da COPEL se realmente nesse momento econômico difícil da Nação, nesse momento que realmente ninguém se assenta na Casa de Leis maior deste País, aonde temos um Presidente que realmente não sabe que caminho toma; aonde

a energia do nosso País foi discutida na reunião - e lá estava o Presidente Orlando Pessuti no MERCOSUL em Florianópolis, e nós também, nos dias 11 e 12 do corrente - aonde os Países co-irmãos nossos: Paraguai, Uruguai e Argentina estão muito preocupados com os caminhos, do destino da nossa energia gerada em Itaipu.

Lá estavam eles se associando às precauções que todos nós do Paraná estamos tomando e haveremos de tomar com as posições, tanto da nossa Itaipu quanto da nossa COPEL. Vossa Excelência é testemunha que tem nas suas mãos uma companhia que é inveja à Nação graças a operosidade dos seus funcionários, dos seus diretores, mas principalmente da crença que todos os paranaenses tiveram nesta companhia.

Tenho a certeza, Sr. Presidente, que a sua explanação deveria ser tomada pelo Governo e não essas que estão estampadas na imprensa do Paraná. Quero da sua pessoa, realmente não terá abrangência total, mas peço ao Ilustre Líder do Governo que vai nos suceder nessas inquirições, que ele traga a esta Casa a posição oficial do Governo: o que realmente vai ser feito com o dinheiro da venda das ações? O que vamos fazer para este Paraná tanto na energia quanto na construção de estradas e que não somos contra. Somos contra, isto sim, realmente a esta falta de direção, de uma razão, como está o Brasil, e principalmente do sentido de um voto consciente!

O SR. CASCAES (Presidente da COPEL) -

Exmo. Deputado. A COPEL, na construção da Usina de Segredo - vamos dizer assim - "comeu o pão que o diabo amassou", porque exatamente neste período houve uma mudança de postura do Governo Federal, principalmente em relação às fontes de recursos que a empresa regularmente utilizava, BNH, BNDES, Banco do Brasil e outros... tudo isto de repente fechou-se por uma incoerência de uma postura ideológica, absolutamente ideológica, onde na proposta, na preocupação de forçar, de esgotar, de destruir as empresas estatais a idéia foi deixá-las à míngua, sem recursos, para que elas se desmoralizem e ofereçam um mau serviço e viabilizem o sentimento de que devam ser privatizadas de uma forma selvagem como, aliás, é a última proposta do Governo Federal.

Então, em consequência disso, a COPEL, neste período, utilizou de recursos próprios 365 milhões de dólares na construção de Segredo.

Teve que, durante a obra, da construção de Segredo, criar o artifício da pré-venda de energia.

Além disto, a qualidade do nosso serviço de distribuição de energia teve uma queda brutal em grandes regiões do Estado.

A diretoria da COPEL tinha consciência de que concluir a obra era uma condição essencial à saúde e ao futuro da empresa. E, com isso, infelizmente, foi obrigada a relegar para uma prioridade menor o atendimento num padrão que entendemos ser necessário à população do País.

Agora esta questão de não oferecer recursos às empresas estatais não ocorre apenas no Brasil, isto é a nível mundial. Hoje o BIB e outros bancos internacionais oferecem recursos para saneamento, para ecologia. Houve um redirecionamento a programas sociais que são extremamente importantes - e não quero em hipótese alguma aqui dizer que este é mais importante do que aquele -, mas a verdade é que para a COPEL, para os seus projetos, as fontes normais de recursos secaram.

Outra coisa importante foi observar no mercado acionário que as ações da COPEL estavam tendo um valor de mercado considerável.

Aliados estes dois fatores, tenho certeza de que fizeram com que o Governador Roberto Requião, às custas, talvez, de seus princípios políticos, concordasse em abrir o capital da empresa. Mas ele fez isto com a cautela de definir um valor mínimo de comercialização. Ou seja, as ações preferenciais seriam vendidas no mínimo a 90% do seu valor patrimonial e as ordinárias a 100% do seu valor. O que não está acontecendo na Bolsa de Valores.

Por que isto? Porque não deve haver evidentemente interesse em dinamitar o capital da empresa. Se é para obtermos poupança privada, que isto não é propriamente uma privatização, é uma parceria com, a iniciativa privada, e esta iniciativa privada é qualquer cidadão, inclusive nós paranaenses, qualquer cidadão tem o direito de comprar em Bolsa de Valores ações da COPEL, terá este direito.

Então, estabelecemos uma outra hipótese de obtenção de recursos que só se realizará, se o mercado sinalizar valores acima daqueles estabelecidos no projeto de lei encaminhado a esta Casa.

É muito importante não esquecer este aspecto. Além do mais é um processo lento. Vamos ter que abrir o capital da empresa e isto significa ajustar-se a contabilidade, entrar com processo na CVM que leva dois, três meses.

Aqui nesta Casa esse projeto de lei certamente será discutido, refinado - e esperamos - aprovado, e a partir daí a vigilância é total, porque as ações serão vendidas sob os olhares de toda a população paranaense, porque afinal o Governo não estará propondo a venda de meia dúzia de caixas de bananas, e sim de um volume considerável de ações da empresa. Esses recursos, por sua vez, na proposta do pro-

projeto de lei do Governador Roberto Requião, destina-se a um fundo de desenvolvimento energético do Estado do Paraná.

Portanto é dinheiro que será reaplicado na COPEL, por sua vez o aumento do capital da empresa gerando novas ações. Para quê? Para fazer usinas, linhas de transmissão, subestação e redes de distribuição de energia em cidades e no campo.

Então, a questão principal é que entendendo como Presidente da COPEL que o projeto original é sensato, honesto e não tem no seu contexto nada que dê a entender uma venda acelerada ou irresponsável das ações da COPEL.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Convidamos neste momento, já que acabou de chegar, para que componha também a nossa Mesa principal, o Presidente da Associação dos Funcionários da COPEL, Ademar Curi da Silva, para tomar assento ao lado do Deputado Cezar Silvestri.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Gostaria de fazer um apelo à Mesa para que pudessemos aproveitar ao máximo as informações que os ilustres convidados têm condições de nos oferecer, e pudessemos então, depois na discussão do projeto, colocarmos a nossa opinião política, ideológica sobre esta questão.

Aproveitar ao máximo o tempo buscando tirar as informações que precisamos para o exame da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É isto que também pretendemos.

Posteriormente ao término desta Sessão, iremos solicitar ao serviço de taquigrafia que nos forneça algumas cópias para que possamos encaminhar a cada Liderança partidária, para que possam daí com mais calma também, analisar as respostas e as informações prestadas pelos nossos convidados.

A palavra é concedida neste momento ao terceiro Deputado inscrito, Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, e Senhores representantes da COPEL, Bolsa de Valores, Banco do Estado, Associações Comerciais e demais entidades que participam deste debate na tarde de hoje na Assembleia Legislativa do Paraná, juntamente com o senhores demais Diretores, e que trazem ao Paraná e também ao Brasil na tarde de hoje, o exemplo de como se pode fazer as coisas públicas. É com um debate desta natureza, e entendemos que é a oportunidade de nós falarmos desse assunto, de colocarmos as nossas dúvidas é agora nesse momento.

Curitiba, quarta, em 17.11.93

Já foi aqui ressaltada a importância da COPEL, Empresa exemplar em todo esse Brasil. Eu vi aqui a Lei, Senhor Presidente e vejo que ela trata de dois aspectos, um específico da COPEL que pede autorização de vender ações, e no artigo 4º ela abrange, trata de um aspecto geral, abrange todas as empresas de economia mista quando diz: "...é vedado ao Estado do Paraná dar em garantia de operações de empréstimos ou financiamento de qualquer natureza, ações com direito ao voto de sociedade de economia mista ou empresas públicas nas quais seja acionista majoritário..." E abrange também, nessa proibição todas as demais empresas de economia mista.

Mas tive o cuidado, também, Presidente, de examinar a justificativa da Mensagem e ali eu já entendi o que é que o Governo vai fazer com o dinheiro, ele explica: "...O plano de Lei ora proposto consulta os interesses superiores da administração e da coletividade, pois os recursos obtidos com a venda das mencionadas ações são integralmente destinados a investimentos em sistema de geração de transmissão e distribuição de energia, fato que indubitavelmente, virá ensejar condições no sentido de que a COPEL amplie a produção de energia no Estado com vista a assegurar atendimento à demanda energética que o Paraná terá para garantir a permanência de seus atuais níveis de desenvolvimento econômico..."

Presidente, faço a seguinte colocação, e depois já vai como forma de uma das perguntas: aprendi em economia que temos dois tipos de investimento: o chamado investimento líquido e o investimento de reposição. Investimento líquido é a aplicação de recursos em novos bens de produção. Então quando criamos novas usinas, quando instalamos novas linhas de transmissão, quando instalamos novos equipamentos de distribuição.

O investimento líquido é aquele que verdadeiramente aumenta o PIB nacional, ou o produto nacional. E o investimento de reposição, como o próprio nome diz é aquela que apenas repõe o aparelhamento produtivo ele repõe o desgaste do aparelhamento produtivo.

Então a primeira pergunta é isto, se V.Exa. tem mais ou menos uma idéia do que será aplicado como investimento líquido, ou seja em usinas, em novos equipamentos, e isso certamente alguma coisa em investimento de reposição?

A segunda questão que coloco, Senhor Presidente, é com respeito a geração. Já ouvi falar que é para aplicar notadamente, na Usina de Caxias notadamente novas linhas de transmissão. Distribuição de energia, parece-me que aqui já existe por par-

te da COPEL uma preocupação com a função social dessa distribuição, uma maneira tal de que nós possamos através da distribuição de energia distribuir os frutos do progresso econômico, fazer com que a energia chegue aos mais longínquos rincões do Paraná a preços que o consumidor possa pagar, também coloco se continua sendo essa a preocupação da COPEL nestes novos investimentos.

Por fim, gostaria, não tenho uma idéia. Vi que a lei preocupa em manter o controle acionário da COPEL, a COPEL continuará, mesmo vendendo as ações aqui que pede, ela vai ficar com 60% das ações ordinárias, vai continuar, portanto, com o controle acionário, mas como a lei pede autorização para vender as ações, até parceladamente, estabelece no § 1º, do Artigo 2º, que vai ser criado um fundo de investimento energético e diz o seguinte:

"- os recursos citados no 'caput' com as vendas das ações serão contabilizados em conta específica gerida pela COPEL, denominada fundo de investimentos energéticos, até a sua conversão em ações pelo Estado do Paraná em futuras subscrições, integralizações de capital da COPEL."

Esta é uma terceira questão que coloco, que gostaria que o Presidente, ou quem quer que seja, dê um esclarecimento sobre esta questão.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO CASCAES - Pois não, Deputado.

A questão do investimento líquido depende muito da evolução da carga. A nossa expectativa é de que a COPEL precisará investir, até o ano dois mil, em torno de dois bilhões de dólares para poder atender ao mercado em sua área de concessão. Então, serão dois bilhões de dólares.

Evidentemente, isso significa investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia. Agora, esses dois bilhões poderão ser dois bilhões e quinhentos milhões ou um bilhão e meio. Isto depende muito dos planos do Governo Federal, da forma como o Estado reagir a essa política econômica e dos possíveis investimentos no Estado.

Nós observamos, às vezes, com até fascinação a propostas e idéias, visitas que recebemos de empresários obtendo informações da COPEL na preocupação de trazer para o Estado indústrias de todo o tipo que o Brasil comporta.

Outro aspecto importante é que o nosso consumo de energia é muito baixo. A área de concessão da COPEL consome a metade do que Portugal consome, que é em termos de latitude e dimensão semelhante ao Estado. Então, nós temos em expectativa, dependendo da recuperação do salário mínimo, do padrão de vida da nossa população, muitas

alternativas possíveis.

Quanto a atender tarifas, o povo de um modo geral, já no início deste Governo, nós tivemos, um bom exemplo, o programa Força Rural. Esse programa significou a extensão de linhas para consumidores rurais que custam para a empresa dezoito e meio milhões de dólares por ano só em manutenção e o programa de investimentos subsidiado a ponto de a empresa vir a investir a fundo perdido, investimento líquido, cinquenta milhões de dólares no programa estabelecido até o final desta administração.

Outra coisa importante é que com a desqualificação tarifária nós agora temos elementos para negociar com o DENAE e o próprio governo uma nova distribuição de tarifas e até incentivos ao desenvolvimento do Estado com tarifas privilegiadas. Isso tudo é possível porque a COPEL tem geração, é uma empresa verticalizada, ela pode, por conveniência do poder político distribuir custos e faturar de forma diferente, de modo que aquele segmento da população que for julgado mais carente de energia ou que precisar de algum apoio a empresa terá condições de oferecer isso aí, dependendo evidentemente de negociações, a nível federal.

O Fundo de Desenvolvimento Energético é um fundo contábil e a gerência pela COPEL é apenas uma questão de designar alguém para ser responsável para observar, acompanhar, aplicar esse dinheiro de modo que ele não se perca, ele só se transforma em atividade dentro da COPEL a partir de cada assembléia geral, quando então os recursos obtidos no intervalo de duas assembléias se transformariam em aumento de capital na empresa e portanto recursos disponíveis a investimentos.

Basicamente seria isso, Deputado?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência concede a palavra ao Deputado Bona Turra.

O SR. L. H. BONA TURRA - Na mensagem do Poder Executivo, não se tem presente nenhuma das causas que determinaram representação que movi junto ao Ministério Público Estadual, contra os procedimentos de venda levados a cabo por municípios paranaenses.

Nos procedimentos de venda efetuados por grande parte dos municípios paranaenses, o que se teve foi absoluta ausência de profissionalismo no mercado de ações, em especial aquelas que se procederam mediante leilão no próprio município, não havia destinação definida para os recursos decorrentes da alienação, como também não

havia preço mínimo estabelecido nos projetos encaminhados aos poderes legislativos do município.

A mensagem que deverá ser apreciada por esse Poder, justamente superar esses vícios que identificamos.

Em primeiro lugar porque introduz a profissionalidade da BANESTADO Corretora de Valores. Junto a isso admite e antevê a abertura do capital da empresa, com a consequente viabilização de que os procedimentos de venda sejam operados na Bolsa de Valores do Estado.

Além disso há uma destinação clara dos recursos, recursos destinados a reinvestimentos no próprio setor elétrico e finalmente há estabelecimento de preço mínimo correspondente para algumas ações de 90% e de outras 100% do valor patrimonial.

Ora, isso é muito diferente do que obtiveram as prefeituras algumas alienando as suas ações a 5, 10, 15 quase sempre a menos de 40% do valor patrimonial das ações da COPEL.

Isso e antecipando a discussão que nós vamos travar aqui neste plenário, de modo que esses aspectos que conferem segurança a mensagem do Poder Executivo, devem ser aspectos reservados na discussão, no debate e votação nesta Casa. Até porque gerir qualquer destes dispositivos é na verdade macular gravemente o projeto original do Poder Executivo.

Admitir-se por exemplo reinvestimentos em setor diverso que não elétrico é oportunizar perdas para um setor que precisa de economias como à paranaense, de investimentos cada vez mais amplos, para comportar a retomada de desenvolvimento econômico do País e consequentemente do próprio Estado.

As perguntas e indagações são as seguintes: em primeiro lugar, ao Presidente da Bolsa de Valores, ele dizia e pediria voltasse ao tema sobre a alteração do perfil das ações, que V.Exa. pudesse recolocar esta temática para esclarecimento do Plenário.

Também e agora à Presidência da COPEL quais são os procedimentos de reavaliação patrimonial em curso, na COPEL, já que o valor patrimonial das ações é referência de valor mínimo constante da Mensagem do Poder Executivo.

Isto, "en passant", foi tratado pelo Deputado Ernani Pudell, sobre a repercussão e como avalia a Presidência da COPEL, a repercussão da lei de concessões e consequente submissão de todo o aparato estatal de energia, telecomunicações, a procedimentos de licitação e a eventual valorização destas ações a partir da possibilidade destas ações poderem ter poder de mando. E as ações a serem alienadas, hoje, sem poder de mando, poderem comportar e

Curitiba, quarta, em 17.11.93

suportar o mando na própria empresa, futuramente, a partir da privatização do setor, desde que vitorioso o modelo neo-liberal em curso no País.

Também que o Sr. Presidente pudesse esclarecer sobre o valor estimado, que decorrerá pelo valor mínimo da venda, isto é, por 90% para algumas ações e 100% de outras do valor patrimonial, qual o valor estimado atualmente pela COPEL que será obtido por esta venda, admitindo que vendêssemos hoje estas ações, se vendida a totalidade das ações que se pretende a autorização para sua alienação.

Que o Sr. Presidente pudesse cotejar este montante estimado com o plano de investimentos à mão e que vem implementando a COPEL, para que pudêssemos precisar de que modo terá o Estado, através de sua companhia, de lançar mão da venda destas ações para fazer comportar e executar o seu plano de investimentos.

Também que pudesse o presidente da COPEL se possível esclarecer qual a relação entre investimentos e retorno, isto é, a cada dólar investido no setor, qual o retorno do investidor? Com taxas médias de retorno.

E, finalmente, que a presidência da Bolsa de Valores pudesse esclarecer e cotejar os diversos valores das ações em geral: contábil, patrimonial, que é o eleito como referência de venda, o valor de mercado e o valor que reputaria ou denominaria o valor intangível, decorrente do poder de mando, de execução de decisões de uma determinada empresa e que nem sempre é mensurado e mensurável pelos demais valores: contábeis, patrimonial e de mercado.

Creio eram estas as inquirições que desejaria fazer aos expositores de hoje.

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE - Gostaria de destacar que a Bolsa de Valores do Paraná, assim que detectou pelo mercado interesse de ações pela COPEL e o início de alguns leilões realizados em balcão de prefeitura, uma licitação de venda de ações em balcão de prefeitura, a Bolsa de Valores imediatamente mandou uma carta a todas as prefeituras do Paraná, colocando a Bolsa de Valores e as corretoras associadas à disposição, para maximização, uma oferta de venda, para realização de um leilão na bolsa.

Independentemente disto, nós fizemos sempre sugestões aos principais jornais de Curitiba e do interior para que divulgassem eventuais leilões na Bolsa de Valores, sempre procurando esclarecer aos prefeitos do interior que a realização de leilões em bolsas de valores, a possibilidade de maior preço seria sempre mais eficiente.

Também fizemos uma visita ao Presidente do Tribunal de Contas para destacar o

trabalho que a Bolsa de Valores estava fazendo junto aos prefeitos, exatamente para que o prefeito do interior, talvez com um pouco menos de contato com o mercado acionário não tivesse um preço de venda muito abaixo das possibilidades do mercado.

Quanto a estrutura de capital da COPEL. A COPEL, por sua composição acionária, detém seu capital dividido em ações ordinárias e preferenciais, sendo que o total em porcentagem do capital total, 60% do capital total da COPEL são ações ordinárias e 40% em preferenciais. A lei da sociedade anônima faculta que empresa tenha a divisão diferente dessa, a divisão do máximo permitido seria 1/3 de ações ordinárias, ou 33% do capital, ou 2/3 de ações preferenciais, isso em número redondos.

A minha sugestão é que dentro do processo de venda houvesse uma reestruturação, saindo do modelo atual de 60 e 40 para 33% em ordinárias e 66% em preferenciais.

A Mensagem do Governador é que o Governo do Estado mantenha o controle, sendo que 60% das ações ordinárias continuarão em poder do Estado. Portanto, não se fala em venda do controle e sim do excedente ao controle da empresa.

Na minha exposição inicial eu falei a título de exemplo que a gente poderia com isso, o mercado financeiro poderia maximizar a captação de recursos para a COPEL.

Gostaria de repetir o exemplo para que ficasse um pouco mais claro: supondo que, no decorrer das vendas já tivesse se realizado alguns leilões dessa participação acionária do Governo, a COPEL, ou o próprio Estado resolvesse investir esse dinheiro arrecadado na COPEL, imaginando que com isso o Governo já tenha atingido a estrutura ideal, que seria manter o máximo 60% das ações ordinárias. 60% das ações ordinárias correspondem a 20% do capital total, ou seja, 60% de 33% em números redondos seria 20% do capital total da COPEL.

Se o Governo fizesse um aumento de capital ou a COPEL achasse necessário um aumento de capital em torno de cem milhões de dólares, o Governo do Estado, através do Tesouro do Estado, através do Tesouro Estadual, entraria com 20 milhões de dólares, e o restante de acionistas, o mercado financeiro como um todo entrariam com 80 milhões de dólares. Com isso maximizaria e alavancaria bastante os interesses da COPEL.

O SR. BONA TURRA - Sinto-me esclarecido e na medida em que consta dos Anais e das Atas de trabalho desta Casa nós poderemos retrabalhar esses dados para apro-

fundamento e esclarecimento.

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE - Veja bem, do total dos recursos levantados com a venda da participação do Estado, eventualmente para a totalidade esses recursos seriam investidos na COPEL, o fator multiplicador seria muito grande. Imaginando-se que a título de exemplo pudesse se arrecadar cem com as vendas de ações da COPEL, os recursos gerados para a própria COPEL seriam multiplicados por cinco. Portanto, é um excedente que está alavancado na COPEL bastante interessante para o desenvolvimento da empresa.

O SR. BONA TURRA - Senhor Presidente, por último que pudesse o Presidente da Bolsa de Valores esclarecer sobre se isso significaria, e aqui reconheço a minha limitação para tomar o conjunto das informações que foram transmitidas sem trabalhá-las, significaria uma emenda a Mensagem original do Poder Executivo.

As posições que Vossa Senhoria traz à Casa significariam na verdade, uma proposição, ou emendariam, ou redundariam em emenda que poderia ser apresentada por qualquer um dos parlamentares à Mensagem Original do Poder Executivo.

O SR. LUIZ ALBERTO DALCANALLE - Eventualmente sim, não gostaria de entrar no aspecto político, nem da destinação dos recursos gerados com a venda da COPEL.

Mas a título de exemplo, como o poder da multiplicadora seria muito grande, talvez sobrassem outros recursos, inclusive para outros investimentos no interesse do Estado.

Passaria agora à sua terceira pergunta dirigida a mim, sobre os preços das outras companhias elétricas negociadas em Bolsas de valores.

O SR. CASCAES ... Deputado Bona Turra, a posterior vou pedir ao nosso Diretor Financeiro para dar informações mais precisas. Mas eu gostaria antes, de lembrar um detalhe importante.

O SR. DALCANALLE - Complementando: o valor atingido em Bolsa de Ações da COPEL, apesar de ser uma companhia fechada, nos últimos negócios, situou-se na faixa de 48% do valor patrimonial.

A título de explicação a COPEL é uma companhia fechada e nos leilões realizados pelas Prefeituras Municipais é uma exceção à regra, foi aprovado pela CVM exatamente para que se dê maior transparência às negociações.

MPHESA	VALOR PATRIMONIAL Cr\$ MIL	US\$	COTIAÇÃO BOLSA EM 12/11/93 Cr\$ MIL	DIFERENCIAL %
CAIUA-Serv. Eletricidade S/A - CAIUA	1.020,97	( 5,11 )	500,00	0,48
CENTRAIS ELET. SIA CATARINA-CELESC	207.791,80	(1.040,42 )	98.990,00	0,47
CENTRAIS ELET. MINAS GERAIS - CEMIG	531,59	( 2,66 )	337,00	0,63
CENTRAIS ELET. RIO DE JANEIRO- CERJ	29,86	( 0,15 )	18,00	0,60
CENTRAIS ELET. SÃO PAULO - CESP	860.054,26	( 4.306,30 )	355.000,00	0,41
ELETREBRAS	160.201,40	( 802,13 )	31.800,00	0,19
LIGHT	69.978,78	( 350,38 )	61.500,00	0,87
PAULISTA DE FORÇA E LUZ	14.258,00	( 71,39 )	9.500,00	0,66
F. CATARINAZES LEOPOLDINA	113,76	( 0,87 )	4,70	0,02

Mas, qualquer outro investidor que queira comprar ou vender não tem acesso à Bolsa de Valores. Só o Poder Público através das Prefeituras é que teve acesso às Bolsas de Valores para efetuar suas vendas. Se algum outro investidor não o Poder Público, Prefeituras, quiser realizar alguma venda através da Bolsa a CVM não vai permitir. Se como companhia fechada já se atingiu este valor e se uma liquidez necessária para que de maior agilidade no mercado se atingiu 48% com certeza numa abertura de capital, se não atingir 100% do valor patrimonial, vai chegar muito próximo disto.

O SR. CASCAES - É importante lembrar que estamos em novembro e logo logo teremos balanço, apropriação da CRC, correção patrimonial e outras coisas, então de fato o patrimônio contábil da empresa terá um crescimento substancial que o Gilberto poderá dar números e informar com mais precisão.

O plano de investimentos, uma questão importante, é que não temos, a COPEL não tem pressa, o Estado não precisará vender as ações da COPEL em janeiro, fevereiro ou março.

Poderá com calma, com paciência, observar o mercado e só alienar as ações quando de fato sentir que elas chegaram a um nível atraente, conveniente de alienação.

O retorno é uma questão a ser decidida com a própria tarifa, a definição de custos é que vai dar o retorno, o lucro estará sendo, inclusive estabelecido pelo poder político, a concessão é do Estado do Paraná, a COPEL, e caberá a essa administração e às próximas negociarem uma tarifa, definir uma taxa de retorno de 05,10%, será uma questão a ser decidida.

O nosso problema hoje é essa inflação muito grande, e é uma instabilidade permanente, fica difícil até termos projeções seguras, mas num processo de estabilização da economia ficará, certamente, muito mais fácil administrar tarifa, definir taxa de retorno, e ter, então, uma administração mais segura dos recursos que tivermos via tarifa, via empréstimos, via alienações de ações, via pré-venda de energia, e via investimentos diretos do tesouro do Estado do Paraná.

A COPEL passa a ter diversas fontes possíveis de recursos e cabe a esta Casa e ao Poder Executivo orientar e decidir o que será feito, de onde a empresa terá recursos e como irá aplicá-los.

Eu pediria ao Dr. Gilberto G. que complementasse minhas informações de forma mais precisa, porque ele tem o domínio desses números.

O SR. GILBERTO G. - Deputado, a sua colocação a respeito do valor patrimonial, hoje, a ação da COPEL representa 8.73 dólares, esse é o valor patrimonial. Se nós vendêssemos hoje, nós auferiríamos uma receita na ordem de 947 milhões de dólares, mas o que precisa ficar extremamente claro, como já colocou o Presidente da COPEL, é que a COPEL neste ano de 94, não tem necessidade maior do que 60 milhões de dólares, significa dizer que essa venda das ações pode se dar ao longo de cinco anos para cumprir o cronograma da Usina de Caxias, e para ficar clara a posição da COPEL, o investimento de Caxias é na ordem de 1.1 bilhão de dólares. Esse é o valor total do investimento, e a COPEL pretende através da venda das ações auferir recursos ao longo da construção da ordem de 600 a 650 milhões de dólares, quer dizer, existe uma diferença entre aquilo que pode ser auferido e a real necessidade que a empresa tem para fazer Caxias.

O SR. BONA TURRA - Serão auferidos mediante esses recursos de 650 milhões de dólares...

O SR. GILBERTO - Fruto da venda das ações ao longo desses cinco anos.

Mas, hoje, como foi cessada a possibilidade de captar recursos internacionais dentro do cronograma financeiro de Caxias, prevê em torno de 600 milhões de dólares advindos dessa venda das ações, os outros são recursos próprios da empresa, e ainda uma pequena possibilidade de negociarmos com o BIB, para não desprezar um dinheiro que é importante financeiramente para a empresa, essa é a posição do fluxo de investimento em Caxias.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, permita-me fazer uma indagação.

O Diretor disse que hoje, o montante da venda das ações, segundo o projeto, seria quase dois terços do total das ações de preferenciais ordinárias, dois terços das ações da COPEL a valor de mercado hoje, valor patrimonial, corresponderia a quase 900 milhões de dólares.

Eu quero saber o seguinte, o valor real do patrimônio da COPEL, todo conjunto de obras, de rede de distribuição, de prédios, equipamentos, quanto está estimado o valor real de patrimônio da COPEL hoje?

O SR. GILBERTO - Dois bilhões de dólares.

O SR. ERNANI PUDELL - Então nós poderíamos teoricamente pelo projeto vender mesmo aos preços estabelecidos no Projeto, dois terços do patrimônio que vale dois bilhões, por 900 milhões de cruzeiros, essa é a conclusão. Se o patrimônio real da

COPEL está em 2 bilhões de dólares e 2/3 das ações, segundo projeto, fossem vendidas pelo valor patrimonial de hoje, corresponderiam, na verdade, a 900 milhões de dólares? O que nós auferiríamos aprovando esse projeto e vendendo hoje 2/3 das ações entre ordinárias e preferenciais?

O SR. CASCAES - Deputado, não está em cogitação vender hoje. E em breve teremos este balanço e apropriação da CRC que não foi mencionada...

O SR. ERNANI PUDELL - A minha pergunta foi a seguinte: porque, veja bem, este Poder Legislativo - e isto não está na Mensagem - não tem condições de indagar a vontade e a disposição política deste governo. Os governos mudam. Amanhã poderá ter um governo que resolva vender tudo de uma só vez e auferiria de uma vez só 900 milhões de dólares.

O SR. GILBERTO - Passaria pela Assembléia Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL - Mas nós estamos autorizando a venda. Essa é a questão, é isto que eu gostaria e me permita o debate, é disto que eu quero esclarecimento. Porque vi na primeira pergunta ao Presidente da Comissão de Valores Mobiliários se é oportuno agora vender estas ações. Se for aprovado no Congresso Nacional o programa de quebra do monopólio e da lei de construções e energia, se essas ações não sofrerão no momento em que puderem ser privatizadas um estouro em termos de valor real.

Segundo, se nós podemos vender até 40% do patrimônio, o próximo governador vendendo mais 11%, quer dizer, vendemos barato 40 e depois mais 11 por um preço, digamos, de mercado e um determinado grupo assume o controle acionário.

Quer dizer, eu acho que este é um ponto fundamental e que preocupa a Assembléia e nós gostaríamos deste esclarecimento.

O SR. GILBERTO - Eu queria colocar que em 1994 a necessidade total para esse Governo trabalhar com a sua preocupação em torno de 5% do que pode ser auferido. Os outros governos que vão suceder, é evidente, vão manusear em função do desencaixe financeiro que a obra vai ter.

Nós temos um cronograma financeiro de desembolso que, independentemente de qualquer governo que assumir, terá que ser mantida a responsabilidade com terceiros.

Então, para 94 nós temos um desencaixe previsto para Caxias de 5% do montante se hoje fosse vendido tudo. Como não é essa a realidade, a COPEL raciocina da seguinte maneira: para 1994 nós temos a necessidade

para Caxias em torno de 600 milhões de dólares, somente.

O SR. NEREU MOURA - Com relação à pergunta do Deputado Ernani Pudell, o artigo 1º, no seu § 1º, da Mensagem do Governo, prevê: "A venda a que se refere este artigo efetivada parceladamente em diversas operações de montantes adaptados às efetivas necessidades de recursos, para os fins previstos no artigo 2º desta lei". De forma que fica amarrado aqui, nobre Deputado, que o Governo não poderá vender...

O SR. ERNANI PUDELL - O Governo não fala em correção do patrimônio real, a lei não diz isto. Pelo que entendi, primeiro tem que se ter a correção do patrimônio real da COPEL para, depois, colocar à venda as ações, salvo se eu estiver enganado. E pelo que entendi foi isso: o patrimônio de 2 bilhões hoje pode ser vendido 2/3 dele por 900 milhões de dólares...

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu acho que a pergunta do Deputado Ernani Pudell procede. Entendi que não foi respondida a sua pergunta. A intenção do Governo pelo que nos consta é vender 37% das ações da COPEL. E 37%, até provem contrário, é um pouquinho mais que um terço da totalidade das ações. Segundo as afirmações do Deputado Ernani Pudell é que o patrimônio total das ações hoje equivale a 2 bilhões de dólares. A pergunta que ele fez: se fosse vendido hoje 70% das ações da COPEL, o resultado auferido seria em torno de 900 milhões de dólares. É esta a pergunta, Deputado?

(O Senhor Deputado Ernani Pudell concorda)

Então, eu gostaria que fosse colocada esta questão e aí eu induiria. Pelo § 2º do inciso III, do artigo 1º do Projeto de Lei do Governo na Mensagem diz que: "Os procedimentos de venda não serão... levados em efeito se a avaliação específica destinada a cada operação indicar para o respectivo lote de ações preço mínimo inferior a 90% do seu valor de patrimônio líquido para as ações preferenciais e 100% do seu valor do patrimônio líquido para as ações ordinárias.

Então, para esclarecer melhor, faria a seguinte pergunta, como ainda intervenção à questão do Deputado Ernani Pudell: se estes trinta e tantos por cento hoje fossem colocados a venda pelo valor que está na bolsa hoje, está sendo vendido, quanto o Estado poderia auferir e se fosse colocado a venda pelo valor mínimo, pelo Governo do Estado, quanto poderia ser auferido com esses trinta e poucos por cento colocados a venda e o Estado continuando com o controle acionário.

Curitiba, quarta, em 17.11.93

O SR. GILBERTO - Se for feito da maneira que a Mensagem do Governador determina, podemos auferir novecentos e quarenta milhões de dólares, se for pelo valor de mercado hoje existente foi colocado agora que o valor de mercado das ações da COPEL está em torno de 50%. Significaria dizer que é novecentos e quarenta e sete milhões de dólares divididos por dois.

O SR. RENATO ADUR - Isto quer dizer que os trinta e poucos por cento colocados a venda daria resultado, pelo texto da lei, de novecentos e tantos milhões de dólares.

O SR. JOÃO CASCAES - Deputado Adur, o Governo propõe a venda de parte das ações ordinárias e de todas as ações preferenciais. Portanto, não é trinta por cento, é mais.

Quer dizer, o Governo permanece de posse de 60% das ações ordinárias, que são as ações com direito a votos.

O SR. GILBERTO - Mas vende todas as ações preferenciais, que são sessenta milhões e trinta milhões de ações ordinárias. Esta é a proposta que o Governador entrega.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Só para um esclarecimento preliminar, utilizando-me dos dados do Presidente da Bolsa de Valores, teríamos 60% das ações ordinárias, esta é a composição do capital da empresa; 60% de ações ordinárias e 40% preferenciais. Ora, o que autoriza o Poder Legislativo? 40% das ordinárias, o que quer dizer 24% das ações, mais 40% das preferenciais, totalizando, portanto, 64%. Vamos chegar a este termo. Quer dizer, o que está em questão são ações que correspondem 64% do total das ações que compõem e integraliza o capital social da companhia.

O SR. GILBERTO - Do Estado.

O SR. JOÃO CASCAES - A COPEL tem outros acionistas como a ELETROBRÁS, as próprias prefeituras.

O SR. ERNANI PUDELL - As prefeituras têm ações ordinárias?

O SR. GILBERTO - Têm.

O SR. ERNANI PUDELL - Então, se um determinado investidor estiver comprando as ações ordinárias agora a preço de banana, permita-me aqui, ele já está amealhando ações ordinárias. Isto se houver uma nova mudança de concepção de governo, ele poderá, esse determinado investidor, com uma pequena parcela assumir o controle efetivo

O SR. GILBERTO - Não. Porque a disposição e a Mensagem do Governo é que o Governo do Estado sempre mantenha o mínimo de 60% das ações ordinárias. Portanto, jamais será ameaçado o controle da empresa por parte do Estado.

O SR. ERNANI PUDELL - Digamos que haja uma mudança na lei. Quer dizer, gostaria de perguntar direto ao presidente da Comissão de Valores Imobiliários. Imaginando-se que a COPEL fosse privatizada, como é o modelo atual que o Governo Federal está fazendo, quer dizer, pega uma empresa e entrega-se à iniciativa privada. Quer dizer, no momento em que essa empresa é privatizada, ela não tem o valor maior de mercado do que essa, por exemplo, na venda das ações da COPEL neste momento? Podemos vender até 2/3 do patrimônio da COPEL, mas fica em mãos o controle acionário do Governo do Estado.

Agora, se amanhã um outro governo, entrando na onda de privatização, resolver privatizar o resto da COPEL, ele não precisa comprar mais de 30% das ações ordinárias; ele compra 10, 11% das ordinárias que estão supervalorizadas ou não, haverá alteração ou não se houver esta expectativa de privatização?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Uma Questão de Ordem, Senhor Presidente.

Estamos elaborando dados de natureza contábil e até de aritmética básica e a COPEL encaminhou à Presidência da Assembleia Legislativa informação detalhada que estabelece a composição do seu capital social.

Creio importante, Deputado Pudell, seria podermos nos deter no estudo de o que detém o setor privado, o que detém os municípios do Estado e vamos chegar a um termo. Tivemos aqui a informação valiosa do Diretor Financeiro da Companhia que dá conta e esta Questão de Ordem que dá conta de que em níveis estimados o patrimônio da empresa representa valores na ordem de dois bilhões de dólares, e poderíamos apurar valores estimados em 900 milhões de dólares.

Ora, com esses dados vamos poder chegar aos resultados para a formação de condição. A Questão de Ordem então consistiria em que não nos detivéssemos nessas questões, sem que tivéssemos trabalhado os percentuais porque senão vamos incorrer em erro e estabelecer riscos que podem existir ou inexistir, mas que têm que ser determinados na função de estudo, objetivo da matéria e de acordo com as informações que a Presidência da COPEL já encaminhou relativamente a outra matéria, mas que

aproveita integralmente ao estudo que deveremos fazer para informar e instruir o processo de votação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É procedente a questão de ordem de V. Exa.

Solicito ao Dr. Gilberto que conclua a sua explanação para que possamos conceder a palavra na sequência ao Deputado Renato Adur.

O SR. GILBERTO GRIBLER - A colocação final seria em caso a COPEL em final de exercício com a contabilização do CRC ficaria numa situação extremamente diferenciada a nível de setor elétrico. A hora em que se contabiliza na ordem de um bilhão de dólares que é fruto da CRC, das negociações da 8631, a lei que desqualizou as tarifas, neste momento em que a COPEL faz este acerto com a ELETROBRÁS e com os demais órgãos financiadores, FINAME, parte de ITAIPU, transporte de energia ficamos ao final do exercício com uma situação de patrimônio líquido da ordem expectativa de 3 bilhões de dólares ao final desse exercício.

Isso significa também dizer o seguinte que a lei 8.200 da União determina a correção de seus ativos desde 1991 e a COPEL está hoje com seus ativos de tal forma atualizados que representam em torno de 97 a 98% do valor de mercado.

O SR. RENATO ADUR - Queria aqui deixar registrado uma das questões colocadas pelo Dr. Luiz Carlos Correa, onde diz que a postura do sindicato e a postura dele, é uma postura crítica até certo ponto contra, mas cautelosos para debates e desde que atenda aos interesses da população paranaense.

Gostaria aqui de fazer duas perguntas, uma em razão desta colocação do Dr. Luiz Carlos Correa, quero fazer uma pergunta ao Dr. Cascaes.

Primeiro gostaria de saber se é afirmativa essa minha colocação, Dr. Luiz Carlos.

O DR. LUIZ CARLOS - Sim.

O SR. RENATO ADUR - Muito bem. O Dr. Cascaes colocou a questão do Salto de Caxias que além de outros projetos que se farão necessários para se sanar o déficit energético que se projeta para o Brasil, segundo o Dr. Cascaes o Paraná não é dono dos aproveitamentos hidrelétricos do Estado, 75% é exportado e que a COPEL obedece a um direcionamento maior a nível nacional porque o que se vê são os interesses da Nação e o Estado do Paraná sendo uma Unidade Federativa faz parte desse conjunto.

A minha pergunta é a seguinte, primeiro ao Dr. Cascaes:

O que poderá trazer de benefício para a população paranaense a questão da construção desta usina de Caxias e a venda das ações da COPEL e a sua conseqüente abertura do mercado de ações.

No caso de Salto de Caxias, além de outros projetos que se farão necessários para sanar o déficit energético que se projeta para o Brasil, se o Governo não abrir o capital da COPEL e por conseqüência não colocar a parcela das ações disponíveis para a venda no mercado, via Bolsa de Valores, terá que buscar recursos para a Usina de Caxias, conforme bem colocou o Dr. Gilberto, recursos na forma de empréstimos: BNDS ou outras entidades internacionais, como o BIRD e tudo o mais.

Face ao elevado montante que é consumido em uma unidade geradora, minha pergunta ao Dr. Alberto é a seguinte: é verdadeiro o raciocínio de que a COPEL poderá ser capitalizada com recursos de terceiros, além da venda pura e simples das ações da COPEL, via aumento de capital, se as ações forem negociadas em Bolsa de Valores e qual o custo destes recursos, desta capitalização, comparando com estes empréstimos normais, colocados inclusive pelo Dr. Gilberto?

O SR. CASCAES - Deputado, graças ao fato da COPEL ser uma empresa verticalizada: gera, transmite e distribui, ela tem saúde financeira para fazer um programa Força Rural e Força Comunitária, que neste Governo significarão 65 milhões de dólares a fundo perdido, tem recursos para fazer a manutenção destes sistemas que são deficitários, e além disso ou melhor, apesar disso, ter condições de sobreviver às tarifas atuais, quando outras empresas, por não terem tido este cuidado, acabam dependendo de fornecimentos onerosos, que inclusive tendem a subir substancialmente com a alienação das usinas. O Governo Federal, para fazer caixa, de uma forma extremamente discutível pretende vender suas usinas, sabe lá quem vai comprá-las! Um grupo econômico talvez do Vietnã ou da Bósnia, ou os Estados Unidos talvez seja o dono das usinas de Salto Osório, Salto Santiago e outras.

Aqui no Paraná, este risco não corremos, dentro da COPEL, porque a decisão do nosso Governador não tem similar, não é idêntica ao do Governo Federal. Mas, acima de tudo, é importante que se diga que graças ao nosso programa de geração, temos condições de suportar até planos econômicos e novas leis porventura existentes no setor elétrico, que venham a criar apertos tarifários ou coisas parecidas.

Outra coisa importantíssima é que

Curitiba, quarta, em 17.11.93

quando a concessão é da COPEL, como a COPEL é uma empresa do Estado do Paraná, evidentemente a construção desta usina será dentro de um máximo de respeito à população atingida, a todo o Estado do Paraná. Nós temos "n" exemplos no Brasil de usinas construídas por ordem de governos distantes, que penalizaram substancialmente as populações atingidas pelas barragens. Isto, aqui no Paraná não acontece enquanto a COPEL é a construtora das usinas. Porque nós temos um comando político que é eleito pelo povo do Estado do Paraná e que sofre nas urnas, sofrerá nas urnas a conseqüência de más decisões, como também terá nas urnas o benefício de uma boa condução desta questão.

Muito obrigado.

O SR. DALCANALLE - Antes de responder à pergunta, gostaria de fazer algumas colocações iniciais a título de esclarecimento. Supondo que o Governo e a Assembleia aprovem a venda de capital cedente ao controle da COPEL, o primeiro passo, como falei, seria a abertura de capital. Abertura de capital é necessário um registro na CVM, na Comissão de Valores Imobiliários, esse registro requer todo um processo trabalhoso e um pouco demorado, em torno de 90 dias pelo menos, 90 dias a gente já teria virado o exercício desse ano. Com certeza os valores a serem incorporados na COPEL na conta série-C..., já teriam transformado a COPEL no patrimônio dela entre o real e o contável, sendo muito próximo um do outro, que seria aquele valor intangível que o Deputado comentou, já estaríamos muito próximo do valor estimado e o valor contado sendo muito próximo um do outro. O valor levantado pelo Dr. Gilberto, Diretor da COPEL, na eventual venda de participação do Estado, se isso ocorresse depois do registro na CVM, coisa que fatalmente será para o início do ano, já com os valores incorporados no novo balanço, com certeza esses valores seriam diferentes e maiores do que os estimados pelo Dr. Gilberto, principalmente que eu imagino que o valor estimado por ele seja em função das cotações negociadas em bolsa hoje de uma empresa que é de capital fechado, sendo que desnecessária para que sejam, chamar novos investidores, uma aposta a mais no capital de uma valorização de preços. Com certeza numa abertura de capital, uma ação com liquidez diária na bolsa, não só leilões do Poder Público, esse valor atingirá um valor muito maior, bem próximo de 100%, com isso alavancando bastante os valores estimados aí pelo Dr. Gilberto. Numa eventual diferença entre o valor vendido e o valor necessário para construção da nova usina, esse valor poderá ser chamado, uma chamada de capital no

mercado de valores nacional. Através do Estado, do seu controle, entrando com uma determinada parte e o restante dos acionistas com o restante da chamada de capital total; a nível de custo sempre com o investimento, investidor participa de uma chamada de capital o que ele estima é que a empresa vá bem, empresa vá gerar lucro e vá pagar dividendo. Portanto, sem ônus nenhum de custo de juro para a empresa, para a empresa COPEL. Então, respondendo a sua pergunta, num futuro aumento de capital da COPEL em que participe o Governo do Estado e os novos acionistas, com certeza esse recurso é custo zero para a empresa. Sempre o investidor visará uma boa administração da empresa e o retorno do capital via retorno pagamento de dividendos. Uma vantagem adicional abertura de capital é que você vai ter uma fiscalização a mais em cima da COPEL, dando maior transparência à COPEL e com certeza uma maior tranquilidade ao Governador e aos próprios Deputados sabendo que a empresa vai estar fiscalizada pela CVM, e como maior fiscal de estudo os seus acionistas, atuais e futuros, sempre fiscalizando e imaginando continue como sempre teve, uma boa administração que vai gerar lucros e dividendos aos acionistas. A título de exemplo também poderíamos exemplificar o BANESTADO, que o Governo do Estado tem aproximadamente 60% do capital do BANESTADO e o restante desses 40% dividido entre 104 mil acionistas, estão acreditando e sempre comparando nos aumentos de capital, buscando resultado, tem sido um grande resultado sempre para o BANESTADO. Então, a gente não pode imaginar que a COPEL sempre fique restrita nesse número de investidores. Aumentando a base de investidores a facilidade de captação no recurso vai ser sempre maior.

O SR. LUIZ CARLOS - Não apenas porque fui citado pelo Deputado, mas eu queria adicionar alguns pontos aqui para o debate. Eu disse inicialmente que o Sindicato como entidade não havia aprofundado a sua discussão. Entretanto, o debate aqui colocado e as informações prestadas tornam esse momento muito rico para que a gente aprofunde algumas coisas e destaque alguns pontos a serem cogitados e discutidos. Por exemplo, em que pese a defesa em que o Dr. Dalcanalle fez agora nesse instante de expectativas de valorização das ações da COPEL na oportunidade em que seriam vendidas. Eu quero trazer à discussão algumas considerações que foram colocadas pelos senhores no perfil de valores normais, médios das ações de várias empresas do setor e esse valor gira em torno de 60% no máximo, 50, 40, 50% do valor patrimonial, valor de bolsa e com a diferença apenas da

LIGHT, conforme o Dr. Dalcanalle já me adiantou pela expectativa que no caso da LIGHT de privatização.

Ora, como esta questão não está presente e espero que não esteja presente na questão da COPEL, ou seja, privatização, eu acho que há uma certa inconsistência no projeto governamental de essa expectativa de que se possa vender as ações por um preço no mínimo 90% do valor patrimonial. Eu acho que é uma expectativa otimista e quem sabe será irrealizável. Esta é uma questão a ser debatida.

A outra questão é de que sendo a venda dessas ações com destino certo, prioritário para a construção de Caxias e como existe um programa, um cronograma de desembolsos, significam que estas ações poderiam vir a mercado para serem vendidas numa contingência de dificuldade financeira, não de financeira, mas um dificuldade de aporte de recursos para esta obra o que significa sendo do conhecimento do mercado, dos interessados em compras das ações, alguma especulação no sentido de reduzir o preço de mercado na Bolsa de Valores dessas ações. Isto traria uma inconsistência, uma incoerência entre o valor real, o valor praticado no mercado e a pretensão governamental, ou seja, não seria viável o cumprimento da legislação.

Então, estas questões no debate estão aflorando muito claras para mim e acho que a gente deveria debruçar sobre elas na discussão desta questão.

O SR. CASCAES - Uma questão importante no mercado de ações das empresas de energia elétrica é que em abril todas elas estavam quebradas e a maioria dessas empresas ainda está operando no vermelho. Ainda recentemente conversando com o Presidente da CEMIG ele me disse e deu uma idéia do valor operacional de tarifas deles que é sei lá uns vinte por cento maior que o da COPEL.

Então, o investidor está comprando ações de empresas que declaradamente estão com prejuízo operacional, na expectativa futura de uma recuperação de tarifa num governo que todo o dia sinaliza um caminho diferente. Por exemplo, há um mês atrás as ações da COPEL estavam em ascendência, chegando a valores muito bons quando o nosso Ministro da Indústria e Comércio, o Senhor José Eduardo, falou em redutor de tarifas. No dia seguinte as ações desabaram.

Quer dizer, é obvio que num clima de instabilidade institucional, que é o que nós vivemos, as ações sofrem as consequências.

Estamos torcendo para que o País normalize seu clima institucional de fato e também essa inflação venha a regredir e isso dentro do horizonte de construção da

Usina de Caxias, porque eu não sei se o povo brasileiro agüenta ficar mais três, quatro anos como tem vivido estes últimos meses.

Se neste inferno astral que o País está vivendo as ações estão neste patamar de 50, 60%, por que não imaginar que chegaremos a valores razoáveis daqui um ano, dois anos. E está muito claro no projeto de lei, Soares, que o Estado só venderá as ações a um nível mínimo de 90% do seu valor patrimonial para as ações preferenciais, e 100% para as ações ordinárias, caso contrário a COPEL procurará outros recursos, mais caros, talvez, mas, com certeza, não viabilizando qualquer espécie de especulação prejudicial ao Estado do Paraná. Então essa é uma questão muito importante que tem que ser ponderada, e de novo aquela afirmação, o Estado do Paraná não está pretendendo vender as ações da COPEL amanhã, esse é um processo lento, passa pela abertura de capital da empresa, registro na CVN, a própria Assembléia tem que concluir a apreciação dessa lei, só lá na frente com a empresa já regularizada na CVN, e a lei publicada em Diário Oficial é que a partir daí o processo se inicia.

Obrigado!

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Questão de Ordem) - Diz o projeto de lei, e isto talvez seja importante para esclarecer e dar sentido a esse debate. Os procedimentos de venda não serão levados a efeito se a variação específica destinada a cada operação indicar para os respectivos lotes de ações preço mínimo inferior a 90% do seu patrimônio líquido para as ações preferenciais e 100% para as ações ordinárias.

Valor de patrimônio líquido nas licitações públicas não tem sido recomendada a adoção de índices econômicos ditos estáticos, isto é, aqueles que medem a situação de uma determinada empresa em dado momento, prefere-se a adoção de índices que possam ser ditos dinâmicos. O patrimônio das empresas é avaliado anualmente por hipótese, uma venda procedida ao final de um período, novembro, seria adversa, esta a questão, da realizada no início do ano que quando se tem um valor patrimonial mais próximo da realidade e a economia inflacionária como é o caso da economia brasileira. E a inquirição aí se dirigiria ao BANESTADO Corretora de Valores na medida que será a entidade responsável pela execução da Lei a ser aprovada pela Assembléia Legislativa, sobre se o valor do patrimônio líquido tem um fator de correção que indique para todo momento o valor mais próximo da realidade, considerando o caráter de economia inflacionária ou não. Temos isso estatisticamente no tempo e no

Curitiba, quarta, em 17.11.93

espaço, ou independente de onde se opere teríamos o mesmo valor. Esta é a inquirição, mas me parece que isso se resolve talvez pela questão de que o lote de ações é calculado por UFRs, mas é uma questão que reputo importante porque não consta expressamente do Projeto do Executivo de que este valor patrimonial seja permanentemente, diariamente, como é o caso das UFRs corrigido para que tenhamos sempre este valor o mais próximo e uma representação mais exata da realidade patrimonial da Empresa.

É a Questão de Ordem que submeto à Presidência e aos depoentes.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - A palavra é concedida ao Sr. Paulo Roberto Gonçalves da Silva, Diretor da BANESTADO Corretora para as considerações que gostaria de fazer inicialmente e para responder as indagações do Deputado Bona Turra.

O SR. ROBERTO G. DA SILVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é importante observar e salientar que as empresas não têm o seu valor patrimonial fixo, a exemplo da TELEPAR e da COPEL eles são corrigidos. Então a partir desse momento que decolado esse processo de vendas dessas ações, esses valores serão corrigidos, diariamente. A Lei diz que vamos tomar como parâmetro 90% do valor patrimonial das preferenciais, e 100% das ONs, como esse valor é corrigido diariamente, não fica dúvida da correção.

Outro fato que é importante salientar é que, a partir do momento em que esses recursos entrarem no caixa da COPEL, eles serão, provavelmente, aplicados no mercado financeiro, ou seja, o mercado financeiro rende aproximadamente 35% ao mês. Então, não vai existir uma suposta desvalorização patrimonial desses recursos. A medida que as turbinas começarem a ser geradas, a usina vai ser incorporada ao patrimônio da COPEL. Então, se ele vai se desfazer de um bilhão de dólares em ações, a partir do momento em que for aplicado esse recurso, e a obra estiver em andamento ou até terminada, esses recursos voltam a ser incorporados ao patrimônio da COPEL. Então, não entendo que isso aí vá ser dilapidado.

A observação que gostaria de fazer também é que queria parabenizar a pessoa que teve a idéia de encaminhar essa emenda. Estive há um ano atrás em Foz do Iguaçu e fiquei assustado com o que vi. Vi algumas casas próximas à periferia das grandes cidades, Guarapuava, Cascavel, Marilândia, favelados. Estive agora dia 02 de novembro, recentemente, e fiquei estarecido com que vi. Se eram cinco casas naquela época; hoje são cinco mil.

Então, queria fazer um questionamento: o que nós, paranaenses que somos, estamos fazendo para inibir isso? Será que essa iniciativa de vendas das ações da COPEL não é o caminho para resolvermos esse problema? Sabemos que os municípios estão vendendo as ações porque não têm dinheiro para pagar o 13°. Será que a partir do momento em que o Governo se propõe a vender partes das ações que possui em determinadas empresas, não devemos aplaudir essa iniciativa? Entendo que sim.

Era essa observação que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Eurides Moura. Logo após, concederemos a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. EURIDES MOURA - Ao ilustre Presidente João Cascaes, faço a seguinte indagação: se a COPEL simplesmente abrir o capital e o Governo não colocar as suas ações disponíveis para a venda no mercado, qual a possibilidade de as ações serem sucesso na Bolsa de Valores e a conseqüente obtenção de recursos à COPEL através do aumento de capital?

O SR. JOÃO CASCAES - Deputado, não sei se entendi bem.

Se a COPEL não abrir o capital?

(O Sr. Deputado Eurides Moura repete a pergunta transcrita acima).

Quem é dono das ações da COPEL é o Estado do Paraná. Então, cabe a ele usar esses recursos se vender na COPEL ou fora da COPEL. As ações que não pertencem ao Governo, sendo negociadas em Bolsa, isso reflete na COPEL; não é investimento. Aumentando ou abrindo o capital, evidentemente que o acionista, fora o Estado do Paraná, tem o direito de participar de aumento de capital. Aí é uma forma de entrada de dinheiro na empresa. O próprio Governo poderia determinar, o maior acionista, um aumento de capital vendendo as ações e não comprando nenhuma. Acredito que o Dr. Dalcanalle poderá complementar esta questão com mais propriedade do que estou respondendo.

Pediria, então, que o Dr. Dalcanalle complementasse esse raciocínio.

O SR. DALCANALLE - A conseqüente abertura do capital da COPEL e um aumento de capital posterior a essa abertura, se o Governo do Estado, mantendo a participação dele, cumprir a chamada de capital, você vai estar fortalecendo a COPEL, mas onerando o Tesouro do Estado.

Agora, uma maneira também do Estado diminuir a participação dele na COPEL, promovendo aumento de capital e ele abrindo mão dessa subscrição, conseqüentemente

que o mercado poderá fazer essa subscrição, mas o Governo do Estado estaria diminuindo sua participação no Estado e não gerando nenhum recurso adicional do Tesouro do Estado.

Geraria recursos à COPEL, mas nenhum recurso ao Tesouro do Estado. Agora seria uma fórmula também abrindo o capital e promovendo um aumento de capital e que abrisse mão de sua participação, desde que o mantivesse no controle acionário da empresa.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Sr. Presidente da COPEL.

Tinha organizado uma série de perguntas para fazer a V. Exa., mas a minha permanência durante todo este tempo desde o primeiro debate, fez com que muitas delas não tivesse mais razão de ser pelas explicações dadas.

Gostaria de saber inicialmente há quanto tempo foram iniciados os trabalhos, os projetos para construção de Caxias e em que fase se encontram esses estudos e qual a previsão para ser lançado edital de licitação, mas diante do que ouvi, diante das exposições, acho que temos que ser práticos, objetivos e sensatos.

A Assembléia Legislativa jamais recusou ao governo do Estado suplementação de qualquer verba ou deixou de aprovar qualquer projeto, qualquer mensagem governamental para obter recursos externos a fim de realizar os seus programas, ainda na sessão de amanhã, Sr. Presidente da COPEL, haveremos de aprovar em Redação Final o Projeto de Lei nº 587/93 do Governo do Estado, autorizando um empréstimo externo da ordem de 130 milhões de dólares para melhorar a qualidade de ensino público no Paraná. De modo que a Assembléia tem sido pródiga não gostaria, e também os Srs. Deputados o remanescente dos Deputados aqui presentes, infelizmente, não gostariam os Srs. Deputados de ficar fora do processo da construção da usina de Caxias.

Diante dos argumentos objetivos de que a necessidade urgente da COPEL, seria de 50 milhões de dólares, então nada mais prático, nada mais sensato, nada mais objetivo de que a Assembléia autorizar imediatamente a venda de ações correspondentes as suas necessidades urgentes, supridas as necessidades e a cada vez que a COPEL necessitasse de recursos para fazer frente às despesas com a construção da Usina de Caxias ela através do Poder Executivo viria à Assembléia Legislativa, naturalmente, diante de um processo em andamento já iniciado na Assembléia estaria aprovando as emissões subseqüentes. Seria sensato e de nossa parte cumpriríamos com nosso dever e principalmente passaríamos a acompanhar o cronograma de trabalho des-

ta importante usina. Porque, Sr. Presidente, não há necessidade de autorizarmos a venda deste volume de ações se a ação não vai ser colocada à venda imediatamente.

Vossa Excelência disse e o Presidente da Bolsa de Valores está presente, o mercado não é investidor. Hoje o mercado está na expectativa, vivemos num processo de recessão, não há uma política econômica definida neste País, então todos os investidores estão preocupados procurando aplicar os seus recursos de outra maneira e não na compra de ações.

Então eu sugeriria que se fizesse, através da Liderança do Governo, uma revisão nesta Mensagem Governamental para apreciação imediata ainda durante esta Sessão Legislativa, para que autorizássemos diretamente a emissão de 50 milhões de dólares para que a COPEL saísse da sua necessidade premente e a obra fosse iniciada dentro do programa estabelecido pela mesma Companhia.

O SR. CASCAES - Deputado, Sua Excelência falou no cronograma e também na vinculação da venda de ações a esse cronograma. Mas há outros aspectos na abertura de capital da empresa que também devem ser considerados.

Por exemplo, a abertura. A COPEL, tendo o capital aberto, ela poderá, quem sabe, obter recursos de outras fontes a custos, digamos, com custo e conveniência menor do que a abertura, do que a venda das ações da empresa. Eu entendo que o Governo Roberto Requião, ao estabelecer um piso bem elevado de venda das ações, ele sinalizou a preocupação de não queimar, de não "torrar" este patrimônio.

A vigilância do Poder Legislativo sobre as estatais do Estado do Paraná é saudável, é importante. E ouço até com satisfação Vossa Excelência falar que a Assembléia estaria aqui disponível para autorizar aumentos de capital e venda das ações sempre que necessário. O risco que corremos é de, no auge, no pico da obra, às vezes por divergências entre o Legislativo e o Executivo - e que não são raras, e que não sabemos qual será a composição desta Assembléia na próxima legislatura, essa obra parar e aí quebra a COPEL.

Quer dizer, de fato há uma preocupação por parte da direção da COPEL de, ao iniciar a obra de Caxias, oferecer aos acionistas segurança de que o fluxo de recursos não gerará interrupções. Isso é muito importante e talvez na análise desse projeto de lei alguma coisa possa ser feita de modo a tornar o processo de alienação de ações mais seguro; mas também é bom atentar para o futuro que sabe lá Deus como será nas relações entre o Executivo e o Legislativo.

E é prudente que, ao iniciar um projeto dessa envergadura, a empresa tenha relativa segurança na obtenção de recursos para não vir mais adiante a ter que suspender contratos, deixar de pagar compromissos e oferecer uma situação como a que vemos hoje a nível federal.

E o Senhor note que a postura ideológica do Governo Federal está levando a inviabilização das estatais do Governo Federal. Com que objetivo, não sei! Mas isto acontece e está acontecendo hoje no Brasil.

Então, o receio de termos uma descontinuidade é que nos leva a aplaudir este Projeto de Lei na forma como foi redigido, porque sabemos que assim a empresa terá segurança nos seus investimentos, na necessidade ao assumir os compromissos contratuais e terá de fazê-los ao iniciar a obra de Caxias.

Um outra questão importante e que convém lembrar: o custo de empreiteiros de obras, de fornecedores, tem sempre embutido neles um "spred", uma taxa de risco. Se a COPEL consegue construir suas obras com custo baixo e consegue comprar bem, é porque ela tem tido, sempre, a pontualidade em seus pagamentos. Se nós começarmos a falhar neste comportamento, com certeza perderemos esta confiança de fornecedores e empreiteiros e os custos da empresa irão subir.

Não quero dizer que o projeto de lei seja perfeito. Poderá sofrer correções, é óbvio. Mas, da forma como está corrigido, com certeza nos tranquiliza em relação ao futuro.

O SR. CÉZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Gostaria de pedir autorização a Vossa Excelência, Senhor Presidente, para fazer uma pergunta que encaixaria na pergunta que o Deputado Colombino Grassano fez ao Presidente da COPEL, no caso destas autorizações feitas pelo Legislativo, o senhor chegou a usar o termo de que a COPEL passaria pela possibilidade até de vir a falir, se não houvesse autorização por parte do Legislativo. A impressão que dá é que se não existir esta alternativa da venda das ações, a obra de Caxias não pode existir. Seria isso?

O SR. CASCAES - Esta forma nos permite uma condição segura e de baixo custo para a obra. Dentro das hipóteses que uma empresa tem hoje, de obtenção de recursos, a nossa visão, se não for a melhor, está entre as melhores. Evidentemente, se de repente o Banco Mundial ou uma fonte de crédito internacional mudar sua postura e voltar a ser o que foi no passado, uma fonte de recursos barata para a construção de infra-estrutura energética, é possível

até que venhamos a dizer ao Governador que antes de vender ações da COPEL, poderá ser mais conveniente negociar, contratar algum empréstimo.

O SR. CÉZAR SILVESTRI - Porque da forma como o senhor coloca, fica até perigoso vender ações da COPEL. O próprio comprador já fica sabendo que se a COPEL não vender estas ações, vai haver uma desvalorização das ações da COPEL. Eu acredito que não pode ser condição "sine qua non" para a obra sair, a venda das ações, porque aí nós teríamos jogado as ações a um preço abaixo do preço real. O senhor pode falar, inclusive, que existe um limitador no Projeto de Lei, do Governador, quando ele fixa em 90% do valor das ações ordinárias e 100% das preferenciais, se eu não inverti. Mas, acredito que a obra não pode sair condicionada à venda das ações da COPEL. Esta é a minha opinião.

O SR. CASCAES - Deputado, o risco existe em qualquer empresa. Qualquer acionista sabe que se a sua empresa não tiver mercado, recursos, ela quebra. Qualquer cidadão que compre ações de qualquer empresa, seja ela privada ou estatal, sabe que poderá haver uma perda muito grande. E a história, não muito distante, do Brasil, está cheia de exemplos desta espécie. Partimos sempre de uma hipótese razoavelmente otimista de que o Brasil aprenda com as lições passadas e a nossa administração pública, econômica, que a economia brasileira esteja de fato encontrando seu caminho.

Mas, se o senhor lembrar as quebras das bolsas de valores, os "boons" que tivemos e quedas, quanta gente perdeu muito dinheiro no mercado acionário, por acreditar no País, por achar que nós estávamos numa situação melhor, quando na realidade, no início da década de 80, principalmente, estávamos prestes a uma década terrível e que representou um retrocesso muito grande em muitas atividades desenvolvidas no País.

Agora, a abertura de capital da empresa, sendo bem administrada, bem vigiada e num Estado como é o Paraná, que tem tradição de competência e de honestidade, é algo que dá uma segurança maior ao investidor. E é dentro desta imagem, exatamente, que nós acreditamos que a venda das ações da COPEL será um sucesso e trará bons resultados à empresa e ao Estado do Paraná.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Permita discordar de Vossa Excelência num ponto.

Eu acompanho há muitos anos o desenvolvimento das empresas de energia elétrica no Brasil. Se há um setor neste País que não sofreu solução de continuidade no

seu programa nos últimos 40 anos foi o de energia elétrica, porque todos os Governos Federais, todos os Governos Estaduais tiveram a preocupação e a cautela de manterem os projetos, darem continuação na sucessão dos Governos, não houve interrupção, mesmo porque nunca faltou dinheiro externo para investimento no setor; e Vossa Excelência que é do setor, eu sou um leigo, Vossa Excelência sabe muito bem. Uma das exigências dos organismos que financiam o setor é de manter tarifas que permitam uma rentabilidade no mínimo de 10%, porque houve, Vossa Excelência deve se recordar, ainda no Governo do Presidente Collor, houve uma campanha para que se fizesse economia de energia elétrica, e o que ocorreu? As tarifas subiram por exigência dos organismos que financiaram as usinas hidrelétricas para que o retorno do capital investido fosse garantido, de modo que não há qualquer risco do Senhor Presidente. Vossa Excelência sabe melhor do que eu de interromper uma obra como a Usina de Caxias, mesmo porque, sejamos honestos, quando o projeto inicial, quando dos estudos iniciais para a construção desta usina, nunca passou pela mente do Presidente da COPEL ou do Senhor Governador do Estado vender ações da companhia para construir esta usina. Isto foi fruto de um projeto que passou por aqui, autorizando vender ações da TELEPAR a fim de construir duas obras que não são de responsabilidade do Governo Estadual, são de autoria, deveriam ser de autoria do Governo Federal, porque o atual Governador disse ao assumir que o seu Governo não era um Governo de obras rodoviárias; e nós vamos investir quase 50 milhões de dólares provenientes de ações da TELEPAR, em duas obras, a duplicação da rodovia de Curitiba à Garuva e na ponte que liga o Paraná ao Estado do Mato Grosso, sobre o Rio Paraná.

De modo que o exemplo da TELEPAR deve ser estimulado o Senhor Governador do Estado a proceder da mesma maneira com relação a essa usina que ele quer iniciar no seu Governo e naturalmente terá o seu término nos governos subseqüentes.

Mas este detalhe de falir a COPEL Senhor Presidente, eu não acredito. Passaram pela COPEL as figuras mais importantes deste Estado, que teve o Professor Parigot de Souza, sem desmerecer a presença de Vossa Excelência, teve na presença do Professor Parigot de Souza a mais importante, a mais respeitável figura de Presidente da nossa COPEL, que é um patrimônio inalienável do povo paranaense, que jamais chegará a falir.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu escutei com muita atenção as colocações dos Deputados Colombino

Grassano e Cezar Silvestri.

Entendi uma coisa e pelo que me consta, o Deputado Cezar entendeu de forma diferente. Entendi que as colocações do Presidente da COPEL na questão do investimento da verba resultante da venda das ações da COPEL, ele seria baseado num cronograma dentro dos investimentos de médio e longo prazo, traçados pela COPEL quando do primeiro pronunciamento dele aqui na tribuna. Busquei um raciocínio anterior e estou chegando, eu entendo que ele estava dando seqüência ao seu raciocínio anterior, quando ele dizia que as ações da COPEL sendo autorizadas pela Assembléia por etapas, poderia ocorrer o risco de um determinado momento em razão de compromissos assumidos com licitações e contratações de etapas de obras e em virtude de qualquer negativa do Plenário da Assembléia o que até agora não ocorreu, a bem da verdade, mas que poderia ocorrer lá na frente, daqui um, dois ou três anos, poderia criar um mal estar dentro da companhia e a colocação do Deputado Colombino Grassano e Deputado Cezar Silvestri na questão de que se não houvesse esse recurso como seria feito. É uma questão muito simples: para tudo existe uma programação e um planejamento. O planejamento é de médio para longo prazo. O Deputado Colombino bem colocou há pouco essa questão dos 130 milhões de dólares que estão sendo avocados como empréstimo do exterior para um projeto de educação no Estado do Paraná.

Agora, é bom que nós lembremos que este projeto vem sendo elaborado e trabalhado junto ao BIRD desde o ano de 1991. Um projeto que já foi reformulado por nove vezes, encaminhado a organismo internacional, voltado de lá, encaminhado novamente, voltado, reencaminhado, etc, etc, até que se enquadrasse dentro de umas normas.

Ora, uma ação de construção de uma usina como Caxias também requer uma continuidade de estudos e projetos que vinham sendo feitos pela COPEL e pelo Governo do Estado.

Nós sabemos que a COPEL hoje tem um Conselho que é quem dirige esse trabalho de toda a companhia, fazendo da COPEL a melhor empresa de energia elétrica deste País. E o Presidente desse Conselho, coincidentemente, não é um cidadão ligado ao Governo atual, é o ex-Governador do Estado, Ney Braga, se não me falha a memória.

Então, é hoje, Senhor Presidente, uma companhia que trabalha independentemente. Este Conselho tomaria, pelas informações que nós temos, duas posições: se fosse para elaborar um projeto para alocar recursos para o exterior, talvez esta usina não saísse agora neste ano de 94. Ficasse para 95, 96, 98 ou ano 2.000.

Diante da possibilidade vislumbrada

Curitiba, quarta, em 17.11.93

pelo Governo do Paraná de que poderia alocar recursos aqui mesmo, a custo zero, bem como nos informou o Presidente da Bolsa de Valores, que seria um custo zero até na questão de aumento de capital da própria empresa proveniente da abertura de capital da venda das incorporações, nós teríamos um dinheiro disponível no Estado a custo zero que possibilitaria com toda a certeza a antecipação da execução de uma obra dessas.

Ora, qualquer governante de bom raciocínio tomaria a medida que o Governador Requião tomou. Ora para que eu vou aguardar um estudo de dois ou três anos para iniciar uma obra como a de Caxias se eu tenho um dinheiro à minha frente que eu posso utilizar ao longo de três, quatro, cinco, seis anos, que será o tempo da construção desta obra, mas iniciando-a imediatamente.

Então, acho que as colocações, de repente, deveriam ficar mais esclarecidas, e acho que o Dr. Cascaes quis mais ou menos dizer foi isto. Entendi isto pelo menos. Gostaria que ele confirmasse.

O SR. CASCAES - Primeiro as colocações do

Deputado Adur são perfeitas. Segundo, o setor de energia elétrica estava literalmente quebrado antes da lei 8631 que diz e está aí, significa um rombo no Tesouro em torno de 20 bilhões de dólares que foi o reconhecimento do Governo Federal de ter praticado tarifas abaixo das necessárias e em consequência disto, empresas como a do Rio Grande do Sul, a CE e outras aí estavam extremamente individualizadas, há muitos anos sem pagar ITAIPU, sem pagar impostos, inclusive, o que estava configurando é uma catástrofe em termos de gerência e existência dessas empresas, a tolerância, e a própria legislação é muito tolerante em relação as estatais, permitiu que isso acontecesse. Se há um mérito que eu considero muito grande deste Governo Federal foi a Lei 8631 com a desqualificação tarifária, deixando os Estados Senhores das suas tarifas, e também reconhecendo esse débito que está sendo agora, negociado, contabilizado, tirando a maioria das empresas da situação extremamente delicada em que se encontravam. Agora, de qualquer forma, em muitos Estados a tarifa de energia elétrica será sensivelmente maior do que aqui no Estado do Paraná. A venda de ações da COPEL tem uma vantagem adicional, ela tira do tesouro do Estado do Paraná compromissos de investimento na COPEL, e abre à população uma oportunidade de aplicação de suas economias. Até é interessante notar que fundos de pensão americanos esperam ardentemente a oportunidade de investir no setor elétrico no Brasil, porque no mundo inteiro esse tipo de

aplicação, telefonia, energia, são aplicações de rentabilidade baixa mas segura, e que viabilizam esses fundos e dão segurança a seus aplicadores, isso vale, também, para o povo do Estado do Paraná. Nós não devemos esquecer o seguinte, todo cidadão paranaense é um acionista compulsório da COPEL. A venda de ações vai abrir oportunidade de o paranaense ser um acionista voluntário e na proporção de suas capacidades. A nossa esperança é que o povo do Estado do Paraná vá à bolsa e compre as ações da COPEL, é o que fará com que a gente tenha aqui dentro do Estado maior vigilância e maior interesse no sucesso da empresa. A venda em si, esperamos respeite o cronograma da obra, das necessidades da empresa. E ela sendo de capital aberto estará, como foi dito, pelo Presidente da Bolsa de Valores, muito mais transparente, com uma vigilância muito maior do que a existente atualmente. Então basicamente o que eu poderia dizer é isso. Recapitulando um detalhe importante, as empresas estavam quebradas. Havia empresas de energia que não pagavam seus fornecedores, não pagavam as empresas geradoras, estava se criando uma corrente de dívidas que explodia lá em cima no Tesouro, na ITAIPU e outras empresas aí. Nós estávamos num cenário que inviabilizava investimentos, e que era responsável pela paralisação em diversas usinas através do Brasil.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Não é o caso da COPEL.

O SR. CASCAES - Não, felizmente, mas a COPEL escapou disso penalizando os seus consumidores, o nosso padrão técnico teve uma redução substancial no interior, principalmente. Os investimentos que a gente poderia ter feito para oferecer maior qualidade, maior confiabilidade em muitas cidades foram prejudicados porque a construção da Usina de Segredo foi um peso grande, foram 365 milhões de dólares em recursos próprios que a COPEL usou, em detrimento de outros investimentos em transmissão e distribuição de energia. Com a abertura de capital e outras fontes que continuam existindo, nós vamos, poderemos então materializar aquilo que nós temos falado, com isistência, que é qualidade total. Quer dizer, não adianta a gente até fazer o discurso da qualidade, a empresa quer ter qualidade e, no entanto, a qualidade que nós conseguimos é dar boas explicações ao consumidor por que ele ficou sem luz. Nós queremos é superar essa fase; nós queremos é ter qualidade real. Porque, o Senhor veja, um industrial, um empresário que queria montar a sua indústria em Faxinal, em Londrina, Maringá, Alto Paraná ou sei lá onde, ele vai se preocupar em ver a

qualidade de serviço. a certas indústrias, onde alguns minutos ou segundos até de interrupção significam perdas de produção ou de qualidade substancial.

Então, se nós queremos viabilizar a industrialização do Estado do Paraná, nós precisamos dar um padrão de qualidade pelo menos a enes pólos e não só à região de Curitiba, mas a muitos pólos, a muitas cidades do interior do Paraná que nós sabemos, hoje, estarem sendo prejudicadas, foram prejudicadas por esse período tenebroso que as empresas de energia elétrica viveram. Eu sou testemunha disso, sou "copeiliano", estou lá há vinte e cinco anos e vi muitas etapas, já viravam até gozações na COPEL, as circulares proibindo viagens, manutenção, serviços. Quer dizer, parava-se tudo para agüentar. A empresa foi administrada nesse últimos anos em função de fluxo de caixa e não dentro de um programa de investimentos efetivos que dessem sustentação a um desenvolvimento seguro do interior do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Nilton Barbosa para as suas considerações e perguntas.

O SR. NILTON BARBOSA - Estava comentando com o Deputado Toti Colaço, Presidente, do feliz entendimento que houve entre as Lideranças em se pedir que se tirasse a Ordem do Dia e ficasse apenas a discussão com relação à COPEL. Já se faz quatro horas de sessão e achamos necessário que até se continuasse, mas outros dias teremos as discussões.

Senhor Presidente, preocupa-me muito. Ouvi atentamente os debates, até há pouco gostei muito da indagação que fez o Deputado Colombino Grassano com muita competência e propriedade demonstrando também a sua preocupação.

Eu me preocupo porque acompanhei diversos governos, como estamos acompanhando, o Governo de Ney Braga, o Governo Jaime Canet, ex-Governador José Richa, ex-Governador Álvaro Dias e não se falava naquela época em vendas de ações de propriedades do Estado. Com isso, quero deixar claro a minha opinião de que tenho algumas coisas contra, mas sem razões outras.

Agora, há dias atrás nós autorizamos as ações da TELEPAR, como disse o Deputado Colombino Grassano, não sei se já foram vendidas, mas está autorizada pela Assembléia, que, segundo comentários, passava da ordem de quarenta milhões de dólares. Extinguimos o Fundão que, segundo comentários, passava da casa dos quarenta milhões de dólares também. O resultado seria a conclusão da ponte sobre o Rio Paraná que liga, ali em Guaíra, o Mato Grosso do Sul e a duplicação da BR 376.

Agora, até gostaria de deixar claro, se alguém comentou, não ouvi, porque tive que sair para ir até à liderança, o Deputado Colombino Grassano também comentou, quando surgiu a idéia da venda das ações da COPEL aqui no Plenário da Assembléia estava totalmente fora de cogitação que os recursos, oriundos das vendas, seria para o fundo de energia, conforme V. Exa. Presidente da COPEL. A idéia se montou em questão de vinte dias e, agora não se percebeu se estão querendo atropelar ou não a venda, mas quero aqui até mais uma vez dizer ao Presidente da Assembléia de que a idéia foi boa de estarmos neste debate e, com certeza, deveremos nos aprofundar.

Há uma preocupação conosco de que sempre as coisas dessa natureza acontecem em final de governo. Sabemos da seriedade do Governador Roberto Requião, sabemos da sua preocupação com a administração pública, mas sabemos que em três de abril ele entrega o governo, entrega o governo para o vice-Governador Mário Pereira e estamos em um ano político.

Essa preocupação que digo, é de amanhã até mesmo sermos cobrados. O Presidente mesmo da COPEL citou que não sabe qual será a composição da Assembléia Legislativa futura. Acho até que devemos dividir um pouco das responsabilidades, dos compromissos, da descapitalização que o Estado está fazendo com o futuro governo, com os futuros Deputados Estaduais, para que não sejamos cobrados amanhã, até de irresponsáveis, porque se quatro ou cinco governos não venderam ações de COPEL, de TELEPAR, não extinguíram fundo, nada, porque só num governo? É engraçado que em um período de quatro ou cinco meses, estamos aí dando tanta autorização.

A minha preocupação nesse sentido e é claro que é de conhecimento do Presidente da COPEL, do Presidente da Bolsa de Valores, da Corretora do BANESEADO, de que até chegarmos a esta discussão em Plenário e quando chegar, diversas emendas já estão sendo preparadas para entrar.

Depois, acho, Sr. Presidente, que devemos estender a discussão, mesmo com a diretoria da COPEL, com as Lideranças, com os demais companheiros parlamentares, porque, caso contrário, a idéia que me agrada é de fixarmos ou um valor que chegue na casa dos 60 milhões de dólares, como dizem há necessidade para o ano que vem ou que se chegarmos então a conclusão de que devemos aprovar um percentual que pede o Sr. Governador na sua Mensagem, que fizéssemos parcelados "x" por ano, porque sabemos que na Mensagem consta no parágrafo 1º do artigo 1º - diz que a venda a que se refere esse artigo será efetivada parceladamente em diversas operações e montantes, adaptadas as efetivas necessidades de recursos

para os fins previstos no artigo segundo desta lei. Tudo bem, só que acho que temos que nos preocupar.

Acho que devemos, como colocou muito bem o Deputado Colombino Grassano, autorizarmos o início da obra na casa de 60 milhões de dólares ou chegarmos até 100 milhões de dólares, porque temos outras questões a nível de Estado, que no meu entendimento temos que tirar, se aprovado no todo, parte desses recursos para outras obras, não só no caso da usina de Caxias. Nós que vivemos no interior, nobre Presidente, sabemos por exemplo das dificuldades, vi V. Exa. falar das indústrias, da venda inclusive de excesso de energia para indústrias.

As vezes sentimos dificuldades nos municípios de porte pequeno e médio, quando precisam fazer extensão da rede da COPEL, para fazer ali uma indústria. O custo que tem com a COPEL para eles fazer e quando se propõe uma negociação a COPEL, a COPEL vai para a discussão, mas ela só faz parcelamento, em custo não se mexe. Acho que inclusive um percentual não sei se 0,5 ou 1% ou sei lá o que, a ser estudado, devia ser deixado na COPEL para que ajudasse diretamente o município a conseguir também as suas empresas ou manter as existentes, porque o custo de vocês hoje, lamentavelmente, é caríssimo e os prefeitos não têm condições de fazer nem convite à indústrias, porque o próprio Estado onera a indústria que vem nos municípios, quer seja na questão das próprias casas populares, quando o prefeito tem que entrar com terraplanagem, extensão de rede da SANEPAR, extensão de rede da COPEL, tudo isso sai do cofre do município e o município não pode ser esquecido nesta hora, onde ele entrou com grande parte disso.

Então é por isso que acho que temos duas opções ou de darmos esses valores para que se inicie as obras ou de fazermos escalonamento em cima de percentuais, mas evidente que vinculando outras questões de governo nesse dinheiro que passa sem dúvida, segundo comentários, da ordem de mais de um bilhão de dólares.

Era isso, Senhor Presidente, a nossa colocação e dizer que se fui um dos últimos, foi até bom, ouvi bastante, sanei diversas dúvidas, aprendi muito e acho que até chegarmos a votação final iremos enxugar bem essa mensagem, para que amanhã não caiamos no ridículo diante da comunidade, que já vê as Casas Políticas num desgaste muito grande e se governos outros evitaram esse tipo de coisa, porque a Segredo foi construída com empréstimo, não se vendeu nada, então acho que temos que dar recursos, vamos sim, vamos contribuir, vamos escalar, agora vamos enxugar a discussão para que amanhã não sejamos, por mais um

motivo, criticados pela comunidade que pouco participa das discussões, que participemos nós aqui que somos seus representantes.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Vi que toda a COPEL está vendo a questão do ponto de vista de recursos para Caxias. O Presidente da COPEL nos disse que o Paraná, hoje, exporta 75% para outros Estados, da energia produzida no Estado.

No entanto, estivemos envolvidos na discussão, por exemplo, sobre a construção do gasoduto de importação de gás da Bolívia, e que o Paraná foi preterido na rota para a importação deste gasoduto. Se este gasoduto estivesse entrando em Foz do Iguaçu e chegando a Curitiba, teríamos durante todo este eixo de mais de 500 km, construídos com recursos da PETROBRÁS, um gasoduto que permitiria ao Paraná modificar seu perfil energético, trazendo uma energia que hoje nem está disponível no Estado, que é a energia térmica gerada pelo gás.

Então, penso que pode ser importante e interessante para a COPEL, enquanto empresa, a construção de Caxias, porque estou entendendo que a COPEL vai vender esta energia para São Paulo, Mato Grosso e outros Estados. Agora, para o Paraná interessa fazer mais esta hidrelétrica? Até quero colocar esta questão, sim, porque acho uma questão estratégica. Porque não era muito mais interessante para a COPEL bancar a diferença do custo que a PETROBRÁS diz que tem pela questão da rota do gasoduto e nos colocarmos em situação privilegiada em termos de oferta de um combustível que será um combustível mais importante do futuro, que é o gás natural, cortando o Estado inteirinho com a possibilidade de interiorização de desenvolvimento do Estado, ou vamos construir mais uma usina para expulsar - e o Presidente da COPEL sabe disto, estamos vivendo o drama daquele povo que está lá - paranaenses de suas terras alagadas para exportarmos energia elétrica para São Paulo, que nem ICMS recebemos por isso, para favorecer ainda mais a concentração industrial, o poder econômico de um Estado que já arrecada 43% da receita total de impostos deste País, e São Paulo vai mais uma vez se beneficiar e ganhar, de graça, um gasoduto que vai entrar no oeste de São Paulo e chegar a leste, sem um custo a mais para a distribuidora de gás, que no caso seria a concessionária paulista.

Será que este fundo - e aí quero lançar esta discussão - será que este dinheiro da venda das ações da COPEL não seria para o Estado do Paraná, ou melhor, não para a COPEL, mas para o Estado do Paraná, mais interessante que pudéssemos usar este

dinheiro para trazer o gasoduto por Foz do Iguaçu, que será muito mais importante, devido à multiplicação dos investimentos industriais, da agregação de valores, da geração de riquezas, impostos e empregos para o Estado do Paraná?

Então, como pode um Estado que produz tanta energia não ter condições, sequer, de oferecer uma energia mais barata que São Paulo para suas indústrias, se nós construímos Segredo por um terço, metade do preço das outras, como nós podemos vender esta energia, oferecer para o nosso industrial ou quem quer que queira vir aqui, de uma forma mais barata?

Quero questionar também, por exemplo, um Governo do Estado que está fazendo duplicação de rodovia para Garuva, está fazendo ponte que liga Mato Grosso ao Paraná, quando o próprio Secretário de Planejamento do Governo do Estado diz que a obra rodoviária mais importante é a duplicação da rodovia Curitiba a São Paulo, exatamente para atrair as indústrias de São Paulo para o Paraná, que hoje estão sendo deslocadas para o interior de São Paulo e que terão seu processo reforçado pela entrada do gasoduto por São Paulo!

Será que Caxias é para o Paraná o melhor negócio ou é só um bom negócio para a COPEL e para os paulistas?

O SR. CASCAES - Se a COPEL não fizer Caxias, a SESP ou o Ermírio de Moraes fará. Com certeza ela será feita. Agora, a hipótese da COPEL fazer é aquela que na nossa visão, talvez tecnocrática, seja a ideal.

Agora, nada impede que a COPEL participe de outros empreendimentos. O problema do gás é notório até pela própria imprensa, deve ter sido sensível, o esforço que a COPEL tem feito para obter um sinal verde da PETROBRÁS, algo de concreto, que nos permita usar o gás da refinaria, que está aí com a capacidade de mais de 100.000 m<sup>3</sup> a pressão normal por dia, e um pequeno gasoduto levaria o gás da refinaria a um pólo cerâmico aqui na Região Metropolitana que é privilegiado, a Região Metropolitana de Curitiba em termos de terras raras é o que tem de melhor no Brasil, e viabilizando assim uma indústria de altíssimo retorno.

Em relação a PETROBRÁS, até é lamentável dizer isso, nós que somos uma empresa estatal, é que infelizmente a tecnocracia, corporativismo da PETROBRÁS tem nos criado dificuldades até de compreensão das reais intenções da PETROBRÁS. Quem sabe até na reforma da Constituição o gás deixe de ser monopólio da PETROBRÁS e assim nós teríamos muito maior liberdade, a COPEL ou qualquer outra empresa que viesse a ser estabelecida no Estado, para ir buscar o

gás onde ele existe, procurar o gás, que a PETROBRÁS não procura gás, a PETROBRÁS procura óleo, o gás é um acidente de percurso no programa de pesquisas da PETROBRÁS, porque ela ganha mais dinheiro, vamos dizer assim: estrategicamente ela acha que é mais importante procurar o óleo, e ela inclusive está com a sua capacidade de investimentos bastante limitada.

Então, entendo até que a nível nacional - e não aqui propriamente a nível estadual - essa discussão começa em Brasília, agora na reforma da Constituição. Porque é um absurdo o que está acontecendo no Brasil em relação ao gás. Nós não evoluímos, porque não vemos da parte da PETROBRÁS, grande sensibilidade na utilização do gás. E os exemplos que temos Rio - São Paulo com gás e outros, têm alguns riscos de formação e de origem que até quem sabe estejam onerando demais o gás lá mesmo em São Paulo e Rio. Mas, São Paulo e Rio de Janeiro já têm uma empresa de gás, já têm infra-estrutura montada.

Então, o gás chegando lá, eles terão mercado de imediato para esse gás. Um dos problemas que nós vemos, inclusive aqui no Paraná, é a falta de mobilização dos próprios empresários, porque vocês imaginem a situação da COPEL assinando um contrato com a PETROBRÁS de compra de gás, chega aqui em Curitiba e a indústria simplesmente diz: "Olha, não queremos o gás, nós quebramos".

Então, em torno do gás, é importante uma mobilização até de convencimento do Parque Industrial paranaense de que o gás é bom, é útil. E quem sabe procurar atrair indústrias nessa expectativa de utilização de gás.

Agora, se a COPEL tivesse maior liberdade para negociar o gás, porque que a própria COPEL não iria lá buscar o gás, quem sabe nós poderíamos fazer associação COPEL, mais algumas empresas no trajeto, e faríamos esse gasoduto.

Infelizmente, ficamos dependendo de "lobbies" industriais e políticos extremamente poderosos que acabam relegando o Paraná a uma condição de terceira opção, de terceiro nível, e vemos o Parque Industrial Paulista, carioca, mineiro, se desenvolvendo, e nós aqui olhando o tempo passar.

Tenho convicção, Deputado Pudell, que o gás é fantástico. Lembro-me de um filme: "O Caso Matei", onde lembro-me de um diálogo desse filme que essa personalidade, que é o principal responsável pela empresa de petróleo italiana, onde ele dizia num diálogo do filme que o desenvolvimento do Vale do Rio Pó foi possível graças à descoberta e à exploração de grandes jazidas de gás existentes naquela área.

O Sr. Ernani Pudell - Permite-me um aparte, Presidente Cascaes.

Mas aí que está a questão. O projeto de importação já está praticamente consumado, a rota do gasoduto vai entrar por São Paulo. Quer dizer, a bananeira, só temos uma bananeira e ela já está sendo plantada no quintal dos vizinhos que são os paulistas. E se a gente quiser ter banana, vai ter que ir lá. A indústria que quiser gás, vai ter esse gás, cortando o Estado inteirinho, sem ônus para a distribuidora na questão dos ramais.

O Paraná vai ter acesso ao gás apenas na Região Metropolitana. Se a COPEL quiser levar gás para Foz do Iguaçu, para Cascavel, para Londrina, vai ter que construir ramais. E quanto vai custar isso? Agora, nós vamos insistir, e esta pergunta é estratégica. E estou entendendo o interesse da COPEL no sentido de ter essa usina que é um grande negócio para a COPEL. Só que nós vamos fazer uma usina para exportar.

Agora, será que o Paraná não interessa mais hoje mudar o seu perfil energético e assegurar o gás natural à sua rota pela Bolívia? E qual foi o argumento principal que a PETROBRÁS utilizou para convencer, e é preciso deixar claro aqui neste Plenário que a COPEL, o Governo do Estado do Paraná concordou com a rota Norte. Quer dizer, abriu mão da discussão da rota sul exatamente em cima do argumento de que custaria cento e sessenta e poucos milhões de dólares mais caro pela rota sul, entrando pelo Paraná.

Agora imaginem, investir um bilhão de dólares numa usina hidrelétrica, cuja energia nós vamos exportar para São Paulo, sem sequer receber ICMS. Essa é a questão. E o Paraná vai perder a possibilidade de semear a Leste e a Oeste do Estado o seu parque industrial que poderá, no futuro, dar disponibilidade ao gás natural sem custo nenhum para a COPEL.

O SR. CASCAES - Deputado, há uma premissa falsa. A Usina de Caxias não está sendo construída para exportar energia para São Paulo. Para o senhor ter idéia, o aumento da carga do ano, esse ano, mês a mês, comparando, é quase o dobro do que nós vamos ganhar com a derivação do rio Jordão. Quer dizer, aquela obra, uma barragem de 81 metros, um túnel de 4,8 quilômetros e 9 metros de diâmetro, a energia que nós ganharemos com essa obra é suficiente para, em torno da metade do aumento da carga que tivemos do ano passado para este ano, na área de concessão da COPEL.

Com certeza, ao inaugurarmos a Usina de Caxias, a COPEL estará no seu limite. Então ela entra em operação no momento certo em função do mercado de energia, o que não invalida em hipótese alguma a luta

pelo gás, e se for observado no projeto de lei encaminhado pelo Governador Roberto Requião, ele diz que os recursos a serem obtidos com a venda de ações da COPEL serão utilizados para geração, transmissão e distribuição de energia. Não fala em energia elétrica. Quer dizer, assim que nós tivermos essa questão do gás melhor definida, a COPEL estará em condições técnicas de assumir as responsabilidades constitucionais de distribuir o gás no Estado do Paraná.

Agora, como estamos em período da revisão constitucional, eu imagino que entre tantas coisas que poderão ser discutidas lá é a própria questão do gás, onde o monopólio do gás pela PETROBRÁS talvez pudesse ser discutido com maior profundidade, porque, com certeza, se é bom para São Paulo, não está sendo bom para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul esta situação.

Nós aqui no Sul, temos grande mercado para o gás e não temos tido oportunidade de utilizá-lo. A indústria cerâmica no Paraná e em Santa Catarina é grande e poderia ser muito maior.

A Espanha, há alguns anos atrás, a informação que eu tinha, ela exportava por ano 1 bilhão de dólares em artigos cerâmicos e uma das principais razões desse potencial de exportação era a utilização de uma tecnologia moderna associada ao gás. O que permitia a construção de monoqueima, fornos contínuos, um padrão de qualidade muito superior aos seus produtos cerâmicos.

Então é um assunto estratégico, importante e que acho que cabe a este Plenário uma discussão exaustiva e permanente, com uma vigilância em torno das questões até que sejam agora revistas em Brasília para que o Paraná não venha a ser prejudicado com alguma emenda matreira ou quem sabe venhamos a perder uma belíssima oportunidade de mudar este cenário.

O SR. ERNANI PUDELL - Quería dar uma informação: esta Assembléia aprovou uma consulta oficial ao Governo argentino, sobre a possibilidade de parceria na construção do gasoduto pela rota sul - volto a insistir neste tema.

Quer dizer, nem sequer fomos consultados oficialmente pelo Governo argentino sobre a possibilidade de parceria. A mesma coisa estou sugerindo aqui a COPEL, no sentido de ver se a COPEL não teria interesse de alguma forma de interferir para a reversão do traçado do gasoduto que considero estratégico. O senhor acabou de concluir agora...

(Conversas Paralelas)

O SR. CASCAES - Mas Deputado, a COPEL exe-

cuta um plano de Governo. O Governo não é a COPEL.

Não cabe à COPEL este tipo de decisão. Este tipo de decisão é do poder político. É do Executivo mais o Legislativo. A COPEL cumpre ordens. Ela não gera, ela não tem a liberdade. Quer dizer, o corpo técnico da COPEL não é o dono da COPEL. Quem é o dono da Copel, o acionista maior da COPEL é o povo do Estado do Paraná, representado pelo Senhor Governador e Deputados.

Não é a Diretoria da COPEL nem o seu corpo técnico. Executamos o que nos for determinado. Estamos como técnicos, como engenheiros a disposição da Assembléia para discutir todas as questões técnicas. Quer dizer, se a dúvida é se o gasoduto deve ter 20, 30 ou 40 polegadas, quantas estações de bombeamento, como se calcula, nós estamos aparelhados, vamos dizer assim, para discutir, para contribuir, mas a decisão administrativa não é da COPEL.

A COPEL - como foi visto neste debate - tem saúde financeira, a negociação de ações da COPEL é uma das hipóteses de obtenção de recursos, a empresa inclusive abrindo capital passa a ter um leque maior, vamos dizer assim, maior facilidade de obtenção de crédito. O fato é que a empresa está aí é um carro, é um fórmula um. Agora, depende de dirigirmos bem este carro, e a COPEL pode ser um grande, como tem sido, um grande instrumento de desenvolvimento do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Cesar Silvestri que faça suas considerações para que possamos encerrar.

O SR. CESAR SILVESTRI - Sr. Presidente, gostaria de fazer essas considerações para responder ao Deputado Renato Adur que nos questionou.

A idéia surgiu, com certeza, por parte do Deputado Colombino Grassano da venda de 5% das ações ou o equivalente a 50 milhões de dólares em virtude dos esclarecimentos que foram dados pelo pessoal técnico da COPEL, quando dizia que a venda das ações seriam feitas de forma gradativa, em cinco anos, e que para o ano de 94 haveria necessidade da venda de apenas 5% das ações.

Então a idéia surgiu. Logicamente se há necessidade da venda que poderíamos autorizar para o ano que vem 5%, o Governo nos mandaria uma Mensagem no início do ano, pedindo mais 10% e acompanhá-los, não perderíamos o direito, inclusive o dever dos Deputados do acompanhamento das questões, principalmente por parte do Executivo.

E o que me preocupou foi a resposta que o Presidente da COPEL nos deu dizendo de que o inconveniente disto seria de fi-

car a COPEL sujeita a um desentendimento entre o Legislativo e o Executivo. Logicamente isto é possível. Isto não ocorreu aqui, dificilmente ocorrerá por parte do Legislativo, o cancelamento da venda das ações. Com certeza isto não ocorreria. Mas isto nos preocupou bastante, porque o próprio Presidente falou da instabilidade que vivemos em nosso País.

Então inicia-se a obra no ano que vem. Coloca-se à venda 5%, mesmo que o Legislativo autorize os 40%. De repente por uma instabilidade com uma política do Governo Federal não haja conveniência por parte dos aplicadores na compra de ações. Daí a COPEL iria à falência? Porque foi iniciada a obra em função da venda das ações, foi vendida cinco por cento, teria 35% para vender, qualquer instabilidade a nível nacional que essas ações não fossem atrativas para compra, isso colocou que seria a falência da COPEL. Então isso nos preocupa bastante.

Se há esse risco não se deve nem iniciar a obra, acho que nós, paranaenses que temos amor pela COPEL, eu como engenheiro que acompanhei a COPEL pela vida inteira, acho que não devemos correr esse risco, simplesmente porque se não vender as ações a COPEL vai à falência. Acho que isso nos preocupa bastante.

Outra questão é que também dentro do ano que vem há uma mudança por parte do Governo Estadual, nós teremos um novo Governador, nada impede que o novo Governador mande uma nova mensagem para Assembleia cancelando a venda das ações, só foi vendido 5% - estou acreditando naquilo que vocês nos disseram que venderia 5% no ano de 94 - o novo Governador mande uma mensagem cancelando as vendas, daí também a COPEL iria à falência?

Então, se existe realmente esse risco, nós nos preocupamos, acho que é a preocupação maior por parte do Legislativo, e o questionamento se essa obra deve iniciar ou não.

O SR. CASCAES - Deputado, nós temos um exemplo no Brasil que é a CEMIG.

A CEMIG é uma Empresa de energia que era o "top", o modelo nacional de Empresa séria, bem administrada, saudável, pois bem, o Governador Nilton Cardoso quase quebrou a empresa. De fato, "falência" é um termo muito forte, porque o que de fato aconteceria? Deixaríamos de investir em distribuição, quem sabe, ou em outras coisas para terminar a Usina, ou assumiríamos o custo financeiro, crescente, de uma obra parada. Porque ela está lá, não está dando retorno, é um dinheiro que se gasta numa Usina ou em qualquer obra que não se termina é um prejuízo, líquido, certo total e moral. Então a nossa preocupação é que a

empresa tenha continuidade.

Quanto a vigilância da Assembleia, esse acompanhamento, é exatamente importante, isso que se um Poder falha e o outro não, o Estado continua. A tragédia é quando os dois Poderes se consorciavam numa postura errada. Nós, como profissionais da empresa, dirigindo a COPEL, o que vemos, observando o Brasil - porque a gente tem contato com empresas de energia de Norte a Sul - é que não aconteça na COPEL o que vimos acontecer num Estado como foi o caso de Minas Gerais, onde empresa depois de 30, 40 anos de existência, de repente desmoronou, afundou, criou todo aquele problema. Como também tivemos esse mesmo caso em São Paulo com a SESP, estão aí os escândalos todos os dias com a administração Quéricia.

Então, a questão nossa é que a proposta de venda das ações, se autorizada, ela nos dará uma maior tranquilidade até moral na condução desses Projetos. E outra coisa extremamente importante, não é apenas para a construção de Caxias, precisamos de recursos para o sistema de distribuição e transmissão.

Dependendo do sucesso da venda das ações da COPEL, poderemos acelerar alguns investimentos em transmissão e distribuição de energia. E se for considerado importante no ano que vem, se a questão do gás se resolver, e se couber à COPEL a implantação de uma infra-estrutura do gás, a venda de ações da COPEL também deverá ser uma fonte de recursos para implantação dessa infra-estrutura ligada ao gás.

Então, basicamente o que acontece com o projeto de lei encaminhado a essa Casa, é a abertura de mais uma porta, de mais uma linha de financiamento dos programas de investimentos da COPEL. Esses programas poderão ser acelerados ou retardados dependendo da recuperação econômica do País. O Senhor vê, por exemplo, a indústria papaleira, houve uma redução de preços do papel no mercado internacional, então, evidentemente, fábricas que tinham projetos de expansão, seguraram esses projetos, mas são indústrias eletrointensivas que consomem grande quantidade de energia elétrica.

O Sr. Cezar Silvestri - O Senhor me permite um aparte?

(Assentimento)

Na verdade, há necessidade na venda das ações, e falo isso com tranquilidade, porque inclusive votei favorável à venda das ações da TELEPAR, não tenho questão ideológica e de problema nenhum. A preocupação foi da forma como foi encaminhada.

Quando vocês falaram que a venda seria paulatina, o ano que vem seria feita uma venda de 5% das ações e, de repente, o Se-

nhor condicionou a venda das ações à continuidade da obra e até à estabilidade financeira da própria COPEL nos preocupou pelo seguinte: a própria mensagem enviada pelo Governco do Estado tem um limitador que seria 90% das ações preferenciais, o valor mínimo, e 100% das ações ordinárias. Vamos supor o seguinte - não quero polemizar e o horário já está avançado - mas o Senhor veja bem, no caso de iniciar-se essas vendas no ano que vem vendendo 5%, no momento em que se queria vender essas ações, mais 10% você vai colocar neste mercado. Não se atinge esse valor e, aí, a obra já foi iniciada.

Correríamos o risco de a COPEL ter um problema seriíssimo, porque o Senhor levantou mesmo que autorizássemos os 40%, porque a própria mensagem governamental limitou 90% ou obrigáramos - é esta a minha preocupação - a vir uma nova mensagem autorizando a venda a qualquer preço, senão a COPEL vai quebrar, isto não pode ocorrer.

Então, é melhor não iniciar a obra!

O SR. JOÃO CASCAES - Deputado, a gente, quando planeja, tem um cenário bom, ruim ou péssimo, há diversas hipóteses. Então, dentro de uma visão pessimista, eu diria: olha é fundamental a venda das ações para fazer a usina de Caxias. Dentro de uma visão otimista: talvez a gente não precise vender nenhuma ação. Quer dizer...

O Sr. Cezar Silvestri - Ou vender os 40% para depois iniciar a obra.

O SR. JOÃO CASCAES - ...Mas o problema de vender é, acima de tudo, uma questão de oportunidade. Quer dizer, aí é que vem a participação da corretora, do diretor, da pessoa que vai negociar, porque é uma questão até sutil dizer: olha, é o momento de vender, vale a pena vender ou não vender.

A administração financeira do Estado e da empresa vão depender dos cenários que forem surgindo. Olha, hoje surgiu aí, por exemplo, um grande fundo de investimento nos Estados Unidos, na França ou Alemanha que está oferecendo dinheiro a custos baixíssimos, aceita emprestar para a COPEL. Ótimo, vamos lá e pegamos esse dinheiro.

Veja, o mundo está mudando muito. Há quatro anos atrás ninguém falava do desmonte da União Soviética; hoje ela não existe mais. Ninguém pensava na cassação do Presidente da República, no entanto, aconteceu. Quer dizer, já que somos brasileiros e estamos vivendo num País, que, infelizmente, tem oscilações tão grandes, o ideal, antes da luta, é irmos armados de espingarda, revólver, faca, estilingue, o que tiver, porque senão a gente corre o

risco de, depois, lamentarmos por não ter usado ou ter faltado munição ou recurso para uma luta como essa. Quer dizer, vamos iniciar projetos grandes!

Então, por segurança, por prudência, nós imaginamos que esta proposta de venda das ações da COPEL dão mais uma ferramenta de segurança a esse projeto. Se essa ferramenta será usada ou não, vai depender desta Casa também.

Quer dizer, aqui os Deputados estarão vendo na Bolsa de Valores, nas decisões que o Governador tomar se elas são saudáveis ou não. Nada impede que até um decreto legislativo, que a Assembléia, de repente, suste o processo dizendo: olha, está havendo má utilização de recursos. Quer dizer, esta vigilância da Assembléia Legislativa é fundamental ao processo. A COPEL em si - como disse - executa; ela não decide. Quem decide é o Governador e a Assembléia Legislativa.

Sendo um projeto de lei, estando sob o alerta e a discussão estimula a tensão e dá elementos de fiscalização, nós temos certeza de que a condução desse processo será saudável ao Estado do Paraná. Não vejo grandes riscos.

Disse, tudo bem, ainda há pouco, de que nós não temos idéia de como será composta esta Casa na próxima legislatura e também não sabemos quem será o Governador do Estado do Paraná, mas se somos democratas e confiamos no voto popular, vamos admitir, com bastante fé que as coisas pelo menos se mantenham nesse padrão moral que a Casa atingiu.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado, peço a compreensão de V.Exa. para que seja mais breve, afinal de contas todos aqui estão reunidos há praticamente quatro horas e V.Exa. já teve tempo para ir tomar um banho, jantar - quem sabe - e voltou aqui agora para terminar com a nossa sessão com brilhantismo.

Então espero que V.Exa. seja breve para que possamos encerrar a sessão dentro do Horário Regimental, que é no máximo às 19:00 horas.

O SR. BONA TURRA - Dou testemunho aqui, Sr. Presidente, que o Deputado Nereu Alves de Moura esteve desde 14:30 horas, todo o tempo na sessão acompanhando com o máximo cuidado.

O SR. NEREU MOURA - Sr. Presidente, acompanhei desde o início da sessão, saí apenas rapidamente para atender um compromisso no meu gabinete.

Mas gostaria, rapidamente, de agradecer a presença aqui dos nossos companhei-

ros da COPEL, da BANESTADO, sobretudo porque represento a região onde vai ter o lago da Usina de Salto Caxias.

A COPEL, com a construção dessa usina demonstra uma nova filosofia no Paraná, de construção de obras. A Usina de Salto Caxias está sendo efetivada com o exemplo a ser seguido pelo Brasil inteiro. A COPEL democratizou a obra, tivemos problemas, tivemos discussões com a COPEL, tivemos lá na região com os agricultores que serão atingidos pela barragem da usina, diversas dificuldades de entendimento e sempre tivemos na COPEL o diálogo, a franqueza, sobretudo nosso Presidente João Carlos Cascaes.

Por isso que eu, como representante da região que vai ter uma grande percentagem das áreas alagadas, não poderia deixar de dar aqui nosso agradecimento a COPEL, a todos os diretores por este belo exemplo de como se mexe com uma obra tão grande e que vai envolver inúmeros interesses e que tem sabido com democracia com diálogo resolver os graves problemas e superando-os para o bem da nossa região, para o bem do Paraná.

Era essa a minha manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ao agradecermos a manifestação dos Senhores Deputados e também dos nossos convidados, queremos mais uma vez deixar evidente que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, manterá essa disposição e essa postura de, sempre que necessário, em assuntos que realmente justifiquem, abrir as suas portas, o seu Plenário para que em sessões como esta, possamos realmente debater à exaustão, temas que interessem a sociedade paranaense como um todo.

Queremos neste momento agradecer a presença do Dr. Luiz Carlos Correa Soares, do Sindicato dos Engenheiros; Dr. João Carlos Cascaes, Presidente da COPEL; Alberto Dalcanalle, Presidente da Bolsa de Valores; Irineu Zanati e Paulo Roberto da

Curitiba, quarta, em 17.11.93

Silva, diretores da BANESTADO Corretora; Ademir Curi da Silva, Presidente da Associação Profissional da COPEL; bem como também a todos os demais que prestigiaram esta nossa Sessão Especial, onde estamos discutindo assunto da mais alta relevância para o Estado do Paraná, oriundo de mensagem de S.Exa. o Governador, que objetiva vender, mediante prévias avaliações ações que detém na Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Quero, somente ao final, dizer que entendendo a disposição do Governador, já que em algumas oportunidades manifestou ele desejo de construir esta obra e como bem afirmou o Presidente da COPEL, cabe a COPEL dar sequência a essa manifestação oriunda, porque não dizer, da vontade popular, já que o Governador representa a vontade popular no exercício do governo.

Quando ele se manifestava a respeito, sempre dizia que era sua intenção, seu interesse levar adiante esta obra com recursos próprios do Estado e evidentemente que os recursos próprios que tem o Estado através do Tesouro são oriundos das arrecadações que se processam no Estado ou mesmo do seu patrimônio como são as ações.

Como disse o Dr. Cascaes e alguns daqueles que se manifestaram, é uma das opções, evidentemente que no decorrer dos fatos poderá evidentemente o Governador Roberto Requião, o Governador Mário Pereira ou o Governador que vier a ser eleito em 1994 adotar uma outra postura e encaminhar essa nova decisão à apreciação da Assembléia Legislativa.

Feitas essas considerações e esses agradecimentos, damos por encerrada esta sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 18, com a mesma Ordem do Dia de hoje, menos o Projeto 327/91 e mais a 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 625/93, que trata de um crédito suplementar de um bilhão de cruzeiros reais à FUNDEPAR.

Levanta-se a Sessão.